



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

**PACTO CONTRA A PRECARIZAÇÃO E PELO
EMPREGO E TRABALHO DECENTES EM SÃO PAULO –
CADEIA PRODUTIVA DAS CONFECÇÕES**

GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.



Op. 25 2013



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

ÍNDICE

I. EQUIPE	PAG. 3
II. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR	PAG. 4
III. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	PAG. 4
IV. RELAÇÃO DE TRABALHADORES RESGATADOS DA CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVOS – OFICINAS A SERVIÇO DA AUTUADA .	PAG. 6
V. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS EM FACE DA EMPRESA AUTUADA	PAG. 7
VI. DO PACTO CONTRA A PRECARIZAÇÃO E PELO EMPREGO E TRABALHO DECENTES EM SÃO PAULO – CADEIA PRODUTIVA DAS CONFECÇÕES	PAG. 9
VII. PRELIMINARES DA OPERAÇÃO - PRIMEIRA OFICINA DE COSTURA INSPECIONADA – IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS OFICINAS EM SITUAÇÃO PRECÁRIA E/OU IRREGULAR	PAG. 10
VIII. DA OFICINA DE COSTURA INSPECIONADA	PAG. 20
IX. DAS CONDIÇÕES DEGRADANTES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA OFICINA DE COSTURA INSPECIONADA	PAG. 24
X. DAS CRIANÇAS ENCONTRADAS EM SITUAÇÃO DE RISCO.	PAG. 37
XI. DO ALICIAMENTO – TRÁFICO DE PESSOAS E SERVIDÃO POR DÍVIDA	PAG. 37



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

XII. DO SISTEMA COLETIVO DE ALIMENTAÇÃO E MORADIA DOS TRABALHADORES - A CARACTERIZAÇÃO DA SERVIDÃO POR DÍVIDA - "TRUCK SYSTEM"	PAG. 56
XII. JORNADA EXAUSTIVA E REMUNERAÇÃO DESPREZÍVEL.	PAG. 57
XIII. DA ATIVIDADE ECONÔMICA EXPLORADA NAS OFICINAS VISITADAS E NA REDE VAREJISTA RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO	PAG. 59
XIV. DA RESPONSABILIDADE JURÍDICA DA EMPRESA GEP IND. E COM. LTDA	PAG. 77
XV. DO SWEATING SYSTEM	PAG. 80
XVI. DA TERCEIRIZAÇÃO ILEGAL – RESPONSABILIDADE DO TOMADOR DE SERVIÇOS	PAG. 87
XVII. DUMPING SOCIAL	PAG. 92
XVIII. DA DISCRIMINAÇÃO PERPETRADA	PAG. 92
XIX. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA EQUIPE DE AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DA SRTE/SP	PAG. 94
XX. CONCLUSÕES	PAG. 95
ANEXOS	PAG. 96

I. EQUIPE

Ministério do Trabalho e Emprego - Equipe Multidisciplinar de Auditores-Fiscais do Trabalho da SRTE/SP – Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª. Região



Tribunal Regional do Trabalho- 2ª Região



II. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

EMPREGADOR: GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ: 61.075.594/0001-94

CNAE: 14126-01

ENDEREÇO: Rua Raul Saddi, 88 – Butantã – São Paulo – SP – CEP 05503-010

III. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Período da ação: 14 de janeiro de 2013 a 22 de março 2013.

Empregados alcançados:

- Homem: 16
- Mulher: 12
- Adolescente menor de 16 anos: 0
- Adolescente de 16 a 18 anos: 0

Empregados registrados sob ação fiscal:

- Homem: 16
- Mulher: 12
- Adolescente: menor de 16 anos : 0





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

- de 16 a 18 anos: 0

Empregados resgatados:

- Homem: 16
- Mulher: 12
- Adolescente: menor de 16 anos: 0
- de 16 a 18 anos: 0

Valor bruto da rescisão: R\$ 695.174,61(seiscentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

(Valor apurado como devido pela Inspeção do Trabalho) :

Valor líquido recebido: R\$ 673.015,45 (seiscentos e setenta e três mil, quinze reais e quarenta e cinco centavos).

(Valor efetivamente pago aos trabalhadores).

Contribuições Previdenciárias sonegadas: R\$
(Valor recuperado).

Contribuições Sociais e ao FGTS sonegadas: R\$
(Valor recuperado).

Número de Autos de Infração lavrados: 18

Requerimentos de seguro-desemprego especial emitidos: 18.

Número de CTPS emitidas: 18

Termos de Apreensão e Guarda: 1

Termo de Interdição: 1

Número de CAT emitidas: 0



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

IV, RELAÇÃO DE TRABALHADORES RESGATADOS DA CONDIÇÃO
ANÁLOGA À DE ESCRAVOS – Oficina a serviço da GEP INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA

OBS.: RETIFICAMOS A RELAÇÃO NOMINAL DE TRABALHADORES
RESGATADOS CONSTANTES DO CORPO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO,
EM QUE FOI IDENTIFICADA DUPLICIDADE DO NOME DE 10.

	NOME	FUNÇÃO	ADMISSÃO	DEMISSÃO
1		COZINHEIRA	02/01/2013	19/03/2013
2		COSTUREIRO	01/09/2012	19/03/2013
3		COZINHEIRA	01/07/2012	19/03/2013
4		GERENTE	01/07/2012	19/03/2013
5		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
6		AJUDANTE	01/07/2012	19/03/2013
7		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
8		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
9		COSTUREIRO	01/09/2012	19/03/2013
10		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
11		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
12		COSTUREIRO	02/01/2013	19/03/2013
13		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
14		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
15		COSTUREIRO	02/01/2013	19/03/2013
16		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
17		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
18		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
19		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
20		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
21		COSTUREIRO	01/07/2012	19/03/2013
22		COSTUREIRO	01/09/2012	19/03/2013
23		COSTUREIRO	01/11/2012	19/03/2013



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

24		COSTUREIRO	01/02/2013	19/03/2013
25		COSTUREIRO	01/02/2013	19/03/2013
26		COSTUREIRO	01/11/2013	19/03/2013
27		AJUDANTE	01/03/2013	19/03/2013
28		AJUDANTE	01/02/2013	19/03/2013

V. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS
EM FACE DA EMPRESA AUTUADA



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Empregador: CNPJ 61.075.594/0001-94 GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

- 1 200376586 124242-3 Deixar de fornecer água potável em todos os locais de trabalho ou fornecer água potável em condições não higiênicas ou permitir o uso de recipientes coletivos para o consumo de água ou deixar de disponibilizar bebedouros de jato inclinado e guarda protetora ou manter dispositivo de fornecimento de água potável em piaas ou lavatórios ou fornecer bebedouros em proporção inferior a uma unidade para cada 50 empregados.
(Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.7.1 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.)
- 2 200376675 000044-2 Deixar de conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas.
(Art. 71, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
- 3 200376667 000018-3 Prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal.
(Art. 59, caput c/c art. 61, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
- 4 200376641 001388-6 Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.
(Art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
- 5 200376632 000978-4 Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.
(Art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.)
- 6 200376624 001138-0 Manter empregado trabalhando sob condições contrárias às convenções e/ou acordos coletivos de trabalho.
(Art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho.)
- 7 200376616 212666-4 Deixar de dotar as transmissões de força e/ou componentes móveis a elas interligados, acessíveis ou expostos, de proteções fixas ou móveis com dispositivos de intertravamento e/ou que impeça o acesso por todos os lados.
(Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 6.6, Anexo XI, da NR-12, com redação da Portaria 197/2010.)
- 8 200376608 210042-8 Construir e/ou montar e/ou operar e/ou reformar e/ou ampliar e/ou reparar e/ou inspecionar instalações elétricas de forma que não garanta a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos usuários ou deixar de providenciar a supervisão das instalações elétricas por profissional autorizado.
(Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.4.1 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.)
- 9 200376594 124158-3 Deixar de manter instalações sanitárias ou manter instalações sanitárias que não sejam separadas por sexo.
(Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.1.2.1 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.)
- 10 200376580 210091-6 Deixar de dotar as áreas onde houver instalações ou equipamentos elétricos de proteção contra incêndio e explosão.
(Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.9.1 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.)
- 11 200376578 124215-6 Manter dormitório com áreas dimensionadas em desacordo com o previsto na NR-24.
(Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.5.2.2 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.)
- 12 200376551 123097-2 Manter local de trabalho sem saídas em número suficiente e/ou dispor as saídas de modo que dificulte o abandono de local de trabalho com rapidez e segurança em caso de emergência.
(Art. 157, inciso I da CLT, c/c item 23.2, da NR 23, com redação da Portaria nº 221/2011.)
- 13 200376543 117046-5 Utilizar assentos nos postos de trabalho em desacordo com o disposto na NR-17.
(Art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 17.3.3 da NR-17, com redação da Portaria nº 3.751/1990.)
- 14 200376535 107008-8 Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional.
(Art. 168, inciso I, da CLT, c/c item 7.4.1, alínea "a", da NR-7, com redação da Portaria nº 24/1994.)
- 15 200376527 001144-4 Manter mais de uma família de empregados na mesma unidade residencial.
(Art. 458, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
- 16 200376519 000001-9 Admitir empregado que não possua CTPS.
(Art. 13, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.)
- 17 200376501 001195-9 Adotar qualquer prática discriminatória e limitativa de acesso ao/ou manutenção do emprego por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade.
(Art. 1º da Lei nº 9.029, de 13.4.1995.)
- 18 200376497 000010-8 Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.
(Art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.)



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

**VI. DO PACTO CONTRA A PRECARIZAÇÃO E PELO EMPREGO E
TRABALHO DECENTES EM SÃO PAULO – CADEIA PRODUTIVA DAS
CONFECÇÕES**

Com a finalidade de erradicar toda forma de trabalho precário do setor produtivo têxtil, prestado em condições de servidão ou de degradação do meio ambiente, a Inspeção do Trabalho no Estado de São Paulo vem liderando um processo de diálogo social desde 2007 no qual os diversos agentes sociais relacionados com esse tema têm a oportunidade de expressar seus pontos de vista, influenciando na tomada de decisões por parte das autoridades e também se comprometendo com a erradicação do trabalho precário em uma grande rede social. Esse processo de diálogo social culminou, em julho de 2009, com a ratificação do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeções, no qual onze das entidades participantes do processo de diálogo social comprometeram-se a, dentro de suas respectivas áreas de atuação, intensificar as ações no sentido de aumentar a proteção ao trabalhador migrante, dentro do princípio da igualdade consubstanciado na Constituição Federal de 1988.

Com o Pacto, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo assumiu o compromisso de intensificar as fiscalizações com o objetivo de identificar fraudes ao contrato de trabalho e buscar a sua regularização nos termos da legislação. A Fiscalização do Trabalho de São Paulo exercita, dessa maneira, seu papel de articulador social e garantidor dos direitos fundamentais do trabalhador, sem deixar de lado sua função orientadora e educadora. Busca-se, assim, aplicar os princípios do Trabalho Decente a um meio ambiente tradicionalmente exposto às mais rígidas e injustas condições impostas por um mercado completamente livre, desregulado, e no qual a informalidade é a principal característica e a desinformação, a principal ameaça aos direitos dos trabalhadores.

No decorrer do processo de diálogo social, por diversas vezes as comunidades de migrantes sul-americanos denunciaram a presença de trabalho análogo ao de escravo na cadeia produtiva das grandes magazines, pleiteando a sua inclusão no processo de concertação social. As grandes empresas varejistas foram convidadas a aderir ao Pacto no decorrer do primeiro semestre de 2009, por meio de sua associação ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil. As empresas compareceram na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, apresentaram termos de ajustamentos de conduta firmados com a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, no sentido de monitorarem sua cadeia produtiva de fornecedores, dentro do princípio da Responsabilidade Social Corporativa, mas, no entanto, se negaram a ratificar os termos do Pacto, por meio da ABVTEX. A comunidade de migrantes de ascendência coreana, que possui importante participação na atividade econômica de confeções, é signatária do Pacto, representada pela Associação Brasileira dos Coreanos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

A Operação ora relatada foi realizada no âmbito do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeções. As instituições públicas e da sociedade civil que acompanharam as investigações e os trabalhos da inspeção do trabalho são membros do Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CIPETP/SP e/ou da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/SP).

Foram cumpridos integralmente os procedimentos contidos na Portaria Mte n. 1153, de 13/10/2003, Portaria Mte n. 1, de 28/01/1997, IN n. 76 de 15/05/2009 e Resolução Condefat n. 306 de 06/11/2002, e Instrução Normativa SIT-MTE n. 91, de 5 de outubro de 2011. Durante a Operação, foram realizados a interdição da oficina e o resgate dos trabalhadores. As situações encontradas enquadram-se nas hipóteses de degradação do ambiente de trabalho e alojamento, de jornada de trabalho exaustiva, restrição à locomoção dos trabalhadores, servidão por dívida e retenção de salários e tráfico de pessoas para fins de exploração de mão-de-obra, configurando trabalho análogo ao de escravo.

VII. PRELIMINARES DA OPERAÇÃO - PRIMEIRA OFICINA DE COSTURA
INSPECIONADA – IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS OFICINAS EM SITUAÇÃO
PRECÁRIA E/OU IRREGULAR

Em diligência conjunta com o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª. Região, e Polícia Civil, 39º Distrito Policial, realizada no dia 14/01/2013, uma equipe de Auditores-Fiscais do Trabalho resgatou uma trabalhadora grávida que sofria maus-tratos por parte do oficinista e de seu marido. A oficina de costura estava localizada na Av. [REDACTED] laborando em condições que se assemelhavam à de escravos, pela manutenção de jornadas exaustivas de trabalho, de até 14 horas, e condições degradantes de trabalho, alimentação e alojamento, além dos maus-tratos à trabalhadora, que narrou violência verbal e física, assédio moral, ofensas e ameaças em virtude do trabalho.

28/01/2013 - 19:10

Fiscalização liberta jovem grávida de trabalho
escravo em confecção

A boliviana de 21 anos era proibida de sair das dependências da oficina de costura. O caso foi denunciado a partir de um relato da vítima em uma Unidade Básica de Saúde da Zona Norte de São Paulo



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Por Bianca Pyl | Categoria(s): **Notícias**



Fotos: [REDACTED]

São Paulo (SP) - Cárcere privado e violência física e psicológica praticadas em um ambiente de trabalho sob condições degradantes. Essa mistura de violações aos direitos humanos foi descoberta em 16 de janeiro pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP), em ação que resultou na libertação de uma jovem boliviana de 21 anos, grávida de cinco meses.

Paula* trabalhava em uma oficina de costura na Zona Norte de São Paulo. Era mantida em cárcere privado pelo dono da oficina, [REDACTED] e pelo namorado, [REDACTED]

[REDACTED] A **Repórter Brasil** não conseguiu contatar [REDACTED] que estava na Bolívia no momento da operação.

Paula está em um abrigo sigiloso. A fiscalização ainda está sendo finalizada pela SRTE/SP, que está calculando as verbas rescisórias e lavrando os autos de infração. No momento da fiscalização, um grupo de sete trabalhadores, incluindo [REDACTED] costuravam saias da marca Vismar, cujo dono é o próprio [REDACTED] as peças são vendidas na popular



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

feirinha da madrugada. Os outros trabalhadores quiseram permanecer no local. Alguns tinham filhos já matriculados em escolas próximas à oficina.

A denúncia que originou a libertação da jovem foi motivada após ela ter relatado a uma assistente social da Unidade Básica de Saúde da Vila Maria (Zona Norte) dificuldades de sair de casa para realizar o exame de pré-natal. Na ocasião, Paula contou que seu namorado era violento e que trabalhava muito e sob péssimas condições. O caso foi encaminhado ao Centro de Defesa e Convivência da Mulher – Mariás, ao qual a jovem compareceu e confirmou as informações.

Contudo, a ida ao local foi descoberta por [REDACTED] e o dono da oficina, que a ameaçaram. Como a jovem não retornou, as integrantes do Centro resolveram acionar a polícia por meio do 190, mas foram informadas que não poderia ser feito nada porque a própria vítima é quem teria de denunciar. A solução foi ligar para o Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos, que encaminhou a denúncia ao 39º Distrito Policial (DP) e à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



[REDACTED]

A **Repórter Brasil** acompanhou a fiscalização, realizada pelos auditores fiscais do Trabalho [REDACTED]. A ação contou com a presença do procurador do Trabalho [REDACTED] de dois agentes do 39º DP e do deputado estadual [REDACTED] autor do **projeto de lei 1034/2011 (PL 1034/2011)** que cassa o cadastro de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) flagrados com o uso de trabalho escravo – **sancionado nesta segunda-feira (28) pelo governador paulista Geraldo Alckmin.**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Foi a primeira fiscalização que o deputado estadual [REDACTED] acompanhou. "As condições degradantes são visíveis e se

repetem. Vemos uma mescla sórdida de risco à vida e todo tipo de violência física e psicológica", avaliou. Para quebrar esse ciclo, o parlamentar vê como fundamental a sanção do projeto de lei 1034, "para fechar a brecha que permite que essa situação continue a se repetir, além de trazer transparência para a cadeia produtiva das confecções e coibir o crime".

Restrição a Liberdade

A fiscalização encontrou muita dificuldade para encontrar a casa onde funcionava a oficina



, já que [REDACTED] após as ameaças, [REDACTED] informou o número errado do local. "Eu fiquei com medo, muito medo, porque, quando o [REDACTED] descobriu o papel (do Centro de Defesa e Convivência da Mulher – Mariás), ele me pegou pelo pescoço. Daí, ele e o [REDACTED] disseram que eu não podia mais sair, que se ele fosse multado a culpa seria minha", explicou [REDACTED]. Enquanto contava a situação para a reportagem, ela foi ameaçada por uma familiar de [REDACTED] uma das línguas indígenas faladas na Bolívia.

[REDACTED] tem uma filha de três anos e vive há seis meses com Iván na oficina. Trabalhava das 7h às 22h e, de agosto do ano passado até o dia da fiscalização, havia recebido apenas R\$ 1 mil de salário – todo o dinheiro ficava com [REDACTED] que controlava tudo. "No começo eu até gostei dele, mas logo começaram as brigas. Ele é muito controlador. Antes de vir morar com ele eu tentei desistir, mas ele disse que já havia falado com a família dele e a minha e que não iria passar vergonha. Fiquei sem saída", relatou. Durante a fiscalização, [REDACTED] demonstrou estar muito assustada e não saiu do lado dos agentes públicos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Além da jornada exaustiva e do não pagamento de salários, a jovem vivia em um cômodo improvisado, que parecia ser parte de uma cozinha. No local não havia janelas, fazendo que [REDACTED] frequentemente sofresse de falta de ar. "Eu sinto muitas dores, tenho falta de ar, o ar é sufocante", contou à **Repórter Brasil**.



[REDACTED] também sofria assédio moral do dono da oficina, que reclamava constantemente que ela não estava trabalhando o suficiente que ia muito ao posto de saúde. [REDACTED] namorado de [REDACTED] confirmou em depoimento na SRTE/SP que as brigas giravam em torno do trabalho e que quando ela passava mal era ele quem tinha de assumir sua produção.

A jovem de 21 anos está no Brasil desde os 17 e sempre trabalhou em oficinas de costura, sob as mesmas condições. Após o nascimento da primeira filha, já teve de voltar ao trabalho, sem licença maternidade. Torcedora do Palmeiras, [REDACTED] disse que gosta muito do Brasil, onde quer recomeçar uma vida nova com a filha e o bebê que está por vir.



Condições de trabalho



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

A oficina funcionava em um sobrado em péssimas condições de conservação. Havia rachaduras e infiltrações no local. Além disso, foram improvisados quartos ao lado das máquinas de costura. As instalações elétricas eram improvisadas e colocavam em risco as crianças que circulavam pelo ambiente. A jornada de trabalho se iniciava às 7 horas e se estendia até às 22 horas de segunda a sexta-feira. Aos sábados, o expediente terminava por volta das 12 horas. Os auditores fiscais apreenderam recibos de salários cujos valores variavam entre R\$ 400 e R\$ 450.

O dono da oficina compareceu ao Ministério do Trabalho e Emprego e se comprometeu a registrar todos os trabalhadores e adequar a oficina e os alojamentos às normas de Saúde e Segurança do Trabalho. "O departamento de Saúde e Segurança irá analisar se é possível fazer uma reforma no imóvel e isolar os alojamentos da oficina", explica [REDACTED] [REDACTED] auditora fiscal do Trabalho. Por enquanto, o local permanece interditado.



Violência doméstica

De acordo com [REDACTED]

advogada do Centro de Defesa e Convivência da Mulher – Mariás, [REDACTED] está bem e irá passar por tratamento psicológico. "Foi registrado um Boletim de Ocorrência por conta das agressões que [REDACTED] sofria e deve ser instaurado um inquérito sobre o caso", explicou. A jovem poderá participar de diversos cursos para se reinserir no mercado de trabalho e terá



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

assistência para conseguir uma residência, já que a permanência no abrigo tem período máximo de um ano.

A parceria entre as Unidades Básicas de Saúde da região e o Centro de Defesa é importante para que casos como o de Paula venham à tona. "O caminho dessa denúncia é muito interessante e mostra a importância de os agentes de saúde estarem preparados para perceber casos de violência doméstica e também trabalho escravo e trabalho infantil", opina [REDACTED]

**Nome fictício para proteger a identidade da vítima.*

Na oportunidade foram encontradas diversas notas fiscais de remessa de mercadoria para industrialização de peças de roupa encomendas à oficina de costura por fornecedor da empresa GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., cuja razão social é FIGURA CONFECÇÕES LTDA. EPP, situada à Rua Bandeirantes, 106/108, Bom Retiro, São Paulo, SP, demonstrando larga produção da marca CORI, em momento anterior, para ambas empresas. A partir desses fortes indícios, a Auditoria-Fiscal do Trabalho iniciou o monitoramento da empresa FIGURA, realizando visita *in loco*, onde encontrou o seguinte cenário:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Produção da GEP na empresa FIGURA IND. E COM. LTDA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

ref: 977

GEP FICHA DE DESENVOLVIMENTO	
COLEÇÃO:	INVERNO 2013
LINHA:	Collection
GRUPO:	Casaco
SUBGRUPO:	Outros
BASE:	
DESCRIÇÃO:	CA JACQUARD QUADROS
PRODUTO	
FRENTE	

Produção da GEP na empresa FIGURA IND. E COM. LTDA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Produção da GEP na empresa FIGURA IND. E COM. LTDA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Produção da GEP na empresa FIGURA IND. E COM. LTDA.

VIII. DA OFICINA DE COSTURA INSPECIONADA

Referido flagrante na oficina de costura da Vila Maria permitiu a deflagração de operação específica para a responsabilização da GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO, e que viria a ocorrer em São Paulo, Capital, em 19 DE MARÇO/2013. Também desde aquele flagrante, a empresa GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA foi incluída no monitoramento deste PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO, a fim de se apurar outras ocorrências semelhantes envolvendo o varejista de roupas.

O Programa então preparou a operação fiscal conjunta com o Ministério Público do Trabalho – 2ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região – Vara Itinerante de Combate ao Trabalho Escravo, Receita Federal do Brasil – Superintendência Regional de São Paulo, e Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Est. De S.Paulo, com alvo no endereço previamente monitorado, e paralelamente iniciou



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

rastreamento de produção para apurar e mapear outros fornecedores diretos e oficinas de costura quarteirizadas, em situação semelhante.

A auditoria se iniciou com diligência coordenada por auditores-fiscais do trabalho deste Programa de Combate ao Trabalho Escravo Urbano da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, em 19/03/2013, em imóvel localizado na Rua [REDACTED] local destinado a oficina de costura sob gerenciamento de [REDACTED]

A primeira constatação naquela oficina de costura foi a de que vinha confeccionando COM HABITUALIDADE peças de vestuário das marcas EMMÉ e [REDACTED] ambas de propriedade da empresa GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Naquela oficina gerenciada por [REDACTED] restou comprovado para a fiscalização que:

a) A situação constatada *in loco* configurava trabalho análogo ao de escravo, conforme preceituado no artigo 149 do Código Penal Brasileiro e da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 41.721/1957, e Instrução Normativa SIT/MTE n. 91 de 05/10/2011, em virtude da servidão por dívida, da jornada de trabalho exaustiva e das condições degradantes do meio ambiente de trabalho;

b) A oficina inspecionada é apenas uma das várias oficinas inidôneas (sem capacidade econômica ou empregados registrados) contratadas por fornecedores da empresa GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. para executar integralmente a atividade de costura – essencial ao desenvolvimento do seu negócio - das peças de roupas produzidas para suas marcas. Constatou-se que a oficina efetivamente prestou serviços de costura para a SILOBAY DO BRASIL CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA., pelo menos a partir de julho de 2012.

Nesta altura, já restava demonstrado pela Auditoria que a GEP vinha sendo abastecida por peças de vestuário confeccionadas naquela oficina de costura, por trabalhadores submetidos a condições degradantes, jornadas exaustivas e trabalho forçado, situações que serão adiante detalhadas. E que a GEP ditava todas as diretrizes de desenvolvimento e produção, por encomenda direta feita à empresa SILOBAY DO BRASIL CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA, cuja produção era posteriormente quarteirizada para a oficina sob gerenciamento de [REDACTED]

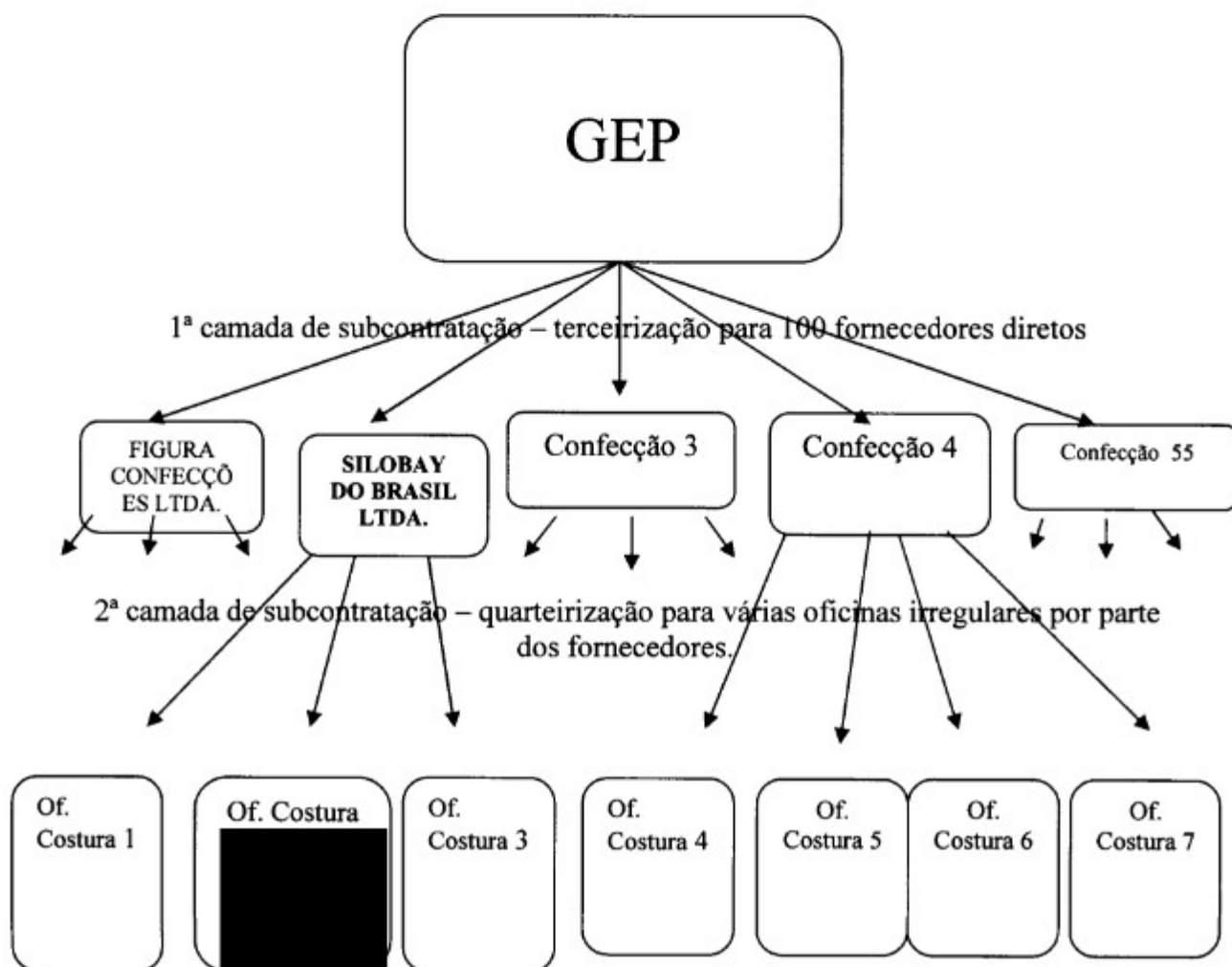


MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

A partir das constatações acima descritas a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego tomou as seguintes providências:

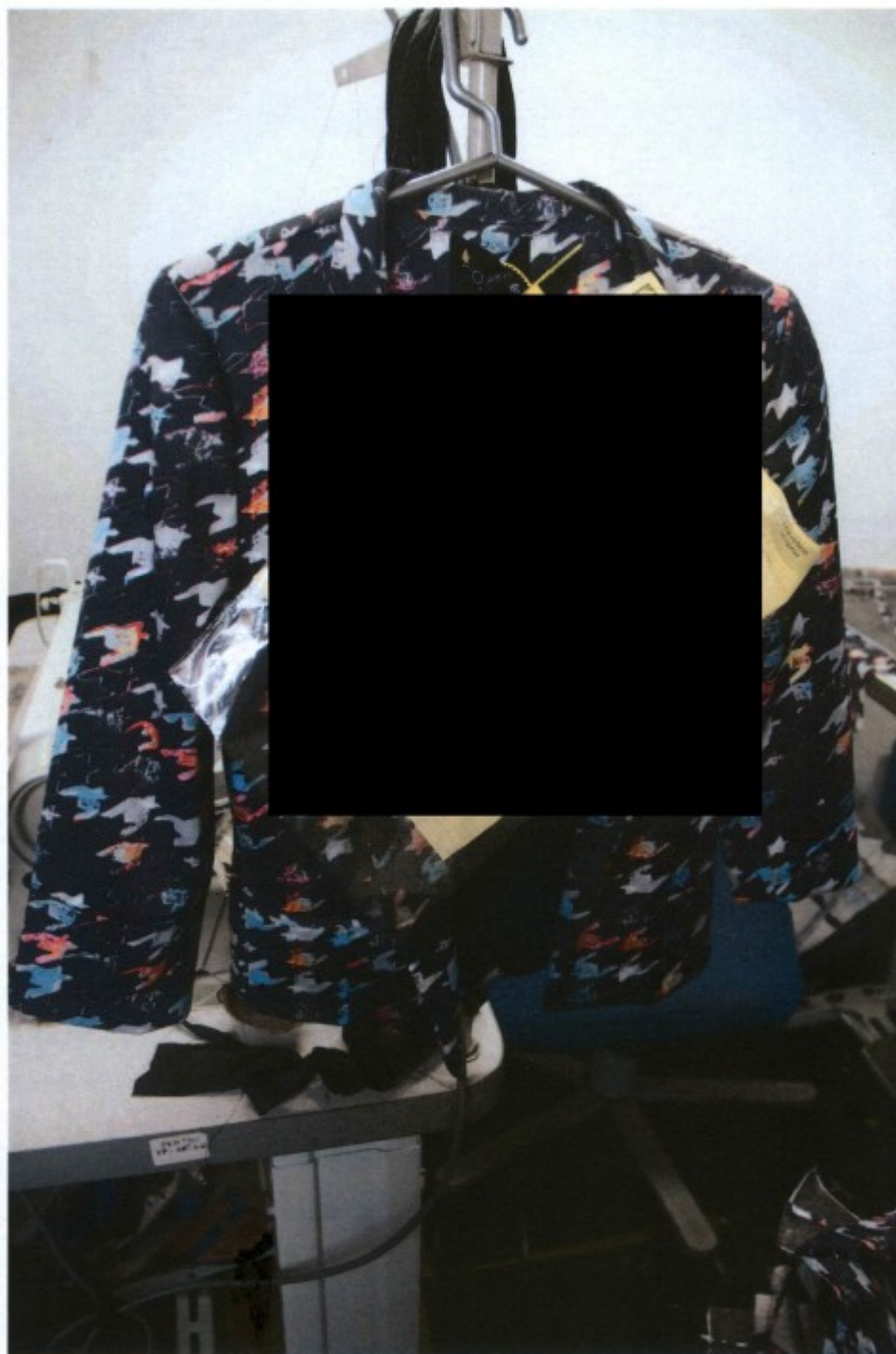
- Interditar a oficina sob gerenciamento de RUBEN HUANCA MAMANI** e realizar o resgate dos 29 (vinte e nove) trabalhadores da situação de trabalho análogo ao de escravos encontrados no local, com emissão das Carteiras de Trabalho e Previdência Social provisórias e das Guias de Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado;
- exigir da empresa GEP IND. E COM. LTDA., CNPJ: 61.075.594/0001-94, estabelecida à Rua Raul Saddi, 88 – Butantã – São Paulo – SP – CEP 05503-010, a formalização das anotações nas CTPS dos trabalhadores e da rescisão indireta dos contratos de trabalho, com a quitação das verbas salariais e rescisórias calculadas pela Fiscalização, o que foi integralmente cumprido pela empresa;
- lavrar os competentes autos de infração em virtude das irregularidades encontradas, em desfavor da empresa GEP IND. E COM. LTDA.

Fluxograma da empresa-rede GEP IND. E COM. LTDA.:





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Ficha técnica e peça-piloto da empresa GEP IND. E COM. LTDA.
encontradas na oficina de [REDACTED]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

**IX. DAS CONDIÇÕES DEGRADANTES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO
MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA OFICINA DE COSTURA
INSPECIONADA**

Identificadas diversas outras oficinas de costura em situação de precariedade, foram realizadas as diligências nos dias 19 e 21 de março de 2013. Na oficina de costura inspecionada é possível afirmar que as condições de segurança e saúde são inexistentes, indicando extrema precariedade e sujeidade nos locais de trabalho e moradia, que se confundem. As instalações sanitárias são precárias e coletivas, as instalações elétricas estão sobrecarregadas e foram feitas de forma irregular (“gatos”), os quartos são de tamanho diminuto, por vezes divididos por placas de madeira compensada, sobrecarregados com diversos trabalhadores e seus filhos, mais seus pertences pessoais; alguns colchões encontravam-se rasgados e mofados, e não havia fornecimento de roupas de cama ou de banho; não foi encontrado nenhum extintor de incêndio carregado, as cadeiras são improvisadas, as máquinas de costura não possuem aterramento elétrico e possuem partes móveis expostas, expondo trabalhadores e principalmente crianças que circulam no ambiente a graves riscos; não há refeitório; há botijão de gás liquefeito de petróleo nos ambientes da cozinha; a ventilação e a iluminação são insuficientes e causam grande desconforto aos trabalhadores. Segue abaixo o panorama da situação de segurança e saúde encontrado na oficina inspecionada, relacionada à fornecedora SILOBAY CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA.:

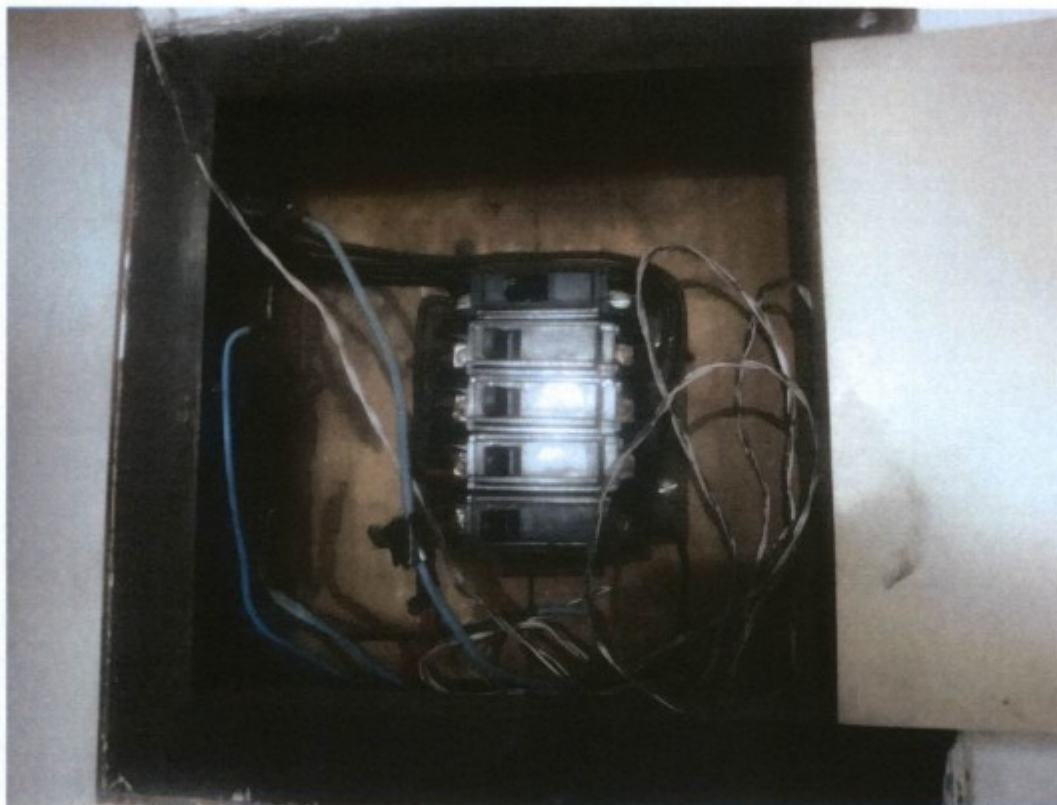
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS IRREGULARES

Durante a ação fiscal, os auditores constataram que as instalações elétricas do local inspecionados estavam completamente irregulares. A distribuição de tomadas elétricas para a alimentação das máquinas de costura era feita por “varais” de rede elétrica, com a utilização de derivações irregulares de tomadas por meio de dispositivos denominados “benjamin”. Não havia o aterramento elétrico das máquinas de costura; os quadros de distribuição de energia elétrica estavam inadequados para a carga instalada e havia diversas conexões de cabos irregulares feitas por fita isolante ou mesmo fitas adesivas comuns, material inadequado para este tipo de instalação.

Assim, tais instalações estavam em desconformidade com a Norma Regulamentadora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade e com a Norma Brasileira NBR 5410/1995 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão, **gerando risco grave e iminente de incêndio e à segurança e saúde dos trabalhadores**, razão pela qual a equipe lavrou termo de interdição do ambientes de trabalho.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura sr [REDACTED] Quadro elétrico em estado precário e completamente irregular – risco de curto-circuito e incêndio.



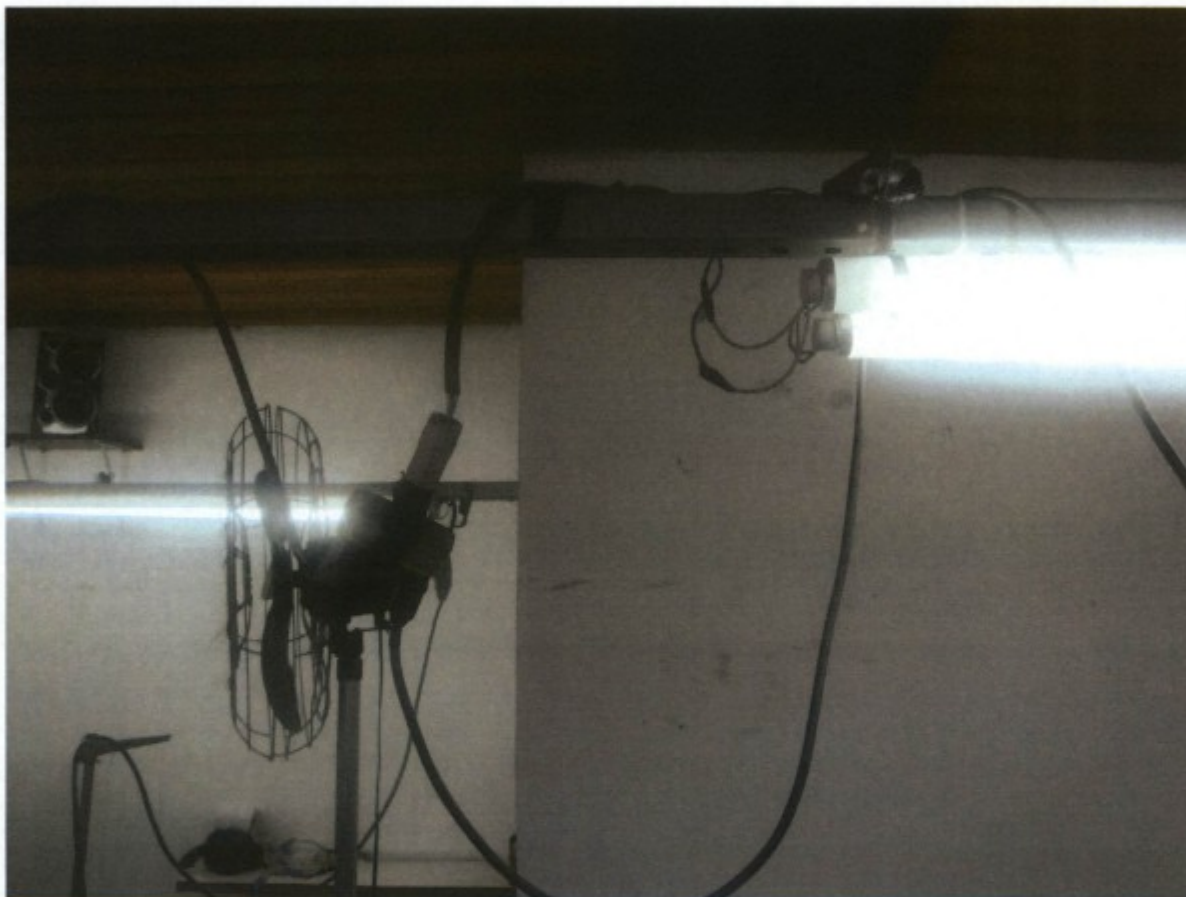
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura sr. [REDACTED] “Gambiarra”
elétricas – risco de curto-circuito e incêndio.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura sr. [REDACTED] “Gambiarrras”
elétricas – risco de curto-circuito e incêndio.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura sr. [REDACTED] “Gambiarras”
elétricas – risco de curto-circuito e incêndio.

DA FALTA DE PROTEÇÃO DE MÁQUINAS

A Fiscalização constatou a falta de proteção das partes móveis das máquinas de costura, que os trabalhadores realizavam suas atividades próximos de polias e correias das máquinas de costura com risco de amputação de membros, inclusive das diversas crianças que se encontravam no local de trabalho.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de sob gerenciamento de [REDACTED] costurando peças sob encomenda da GEP IND. E COM. LTDA. maquina de costura sem proteção de partes móveis.

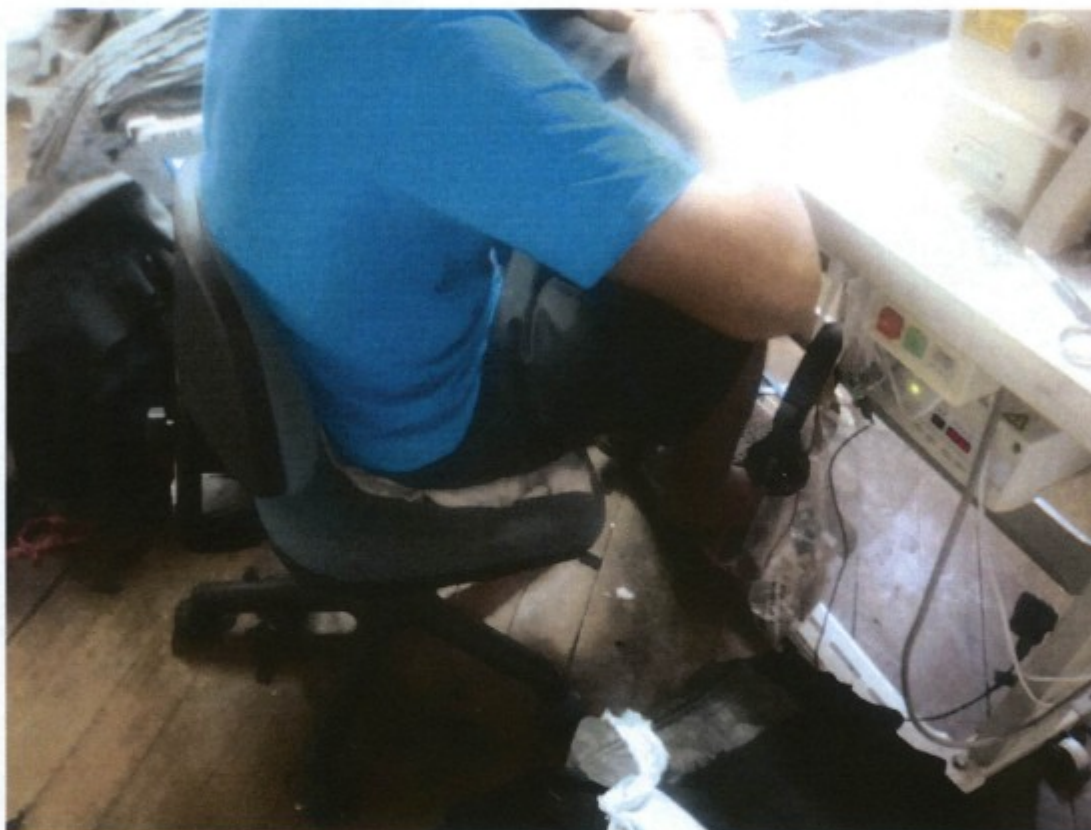
DAS CONDIÇÕES ERGONÔMICAS DE TRABALHO

Durante a ação fiscal constatou-se que os trabalhadores utilizavam assentos e cadeiras "improvisados" para sentar-se, sem as mínimas condições de conforto, ou seja, sem altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida. Esses assentos precários não possuíam conformação em suas bases, bordas frontais arredondadas ou encostos com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar. Verificou-se que os trabalhadores não podiam sentar com os pés de modo confortável e totalmente apoiados no chão, acarretando pressão sobre as suas costas ou sobre a parte posterior das coxas. Foram encontradas algumas cadeiras com os travesseiros de dormir dos trabalhadores fazendo as vezes de almofadas, para tentar minorar o desconforto causado por mobiliário inadequado. Condições ergonômicas inadequadas, aliada à jornada exaustiva e aos movimentos repetitivos, criam condições propícias ao desenvolvimento de doenças ocupacionais do sistemas osteomusculares;



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

alguns trabalhadores já relatam alguns sintomas relacionados a estas doenças ocupacionais.



19/03/2013 - Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]

**DAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, DE HIGIENE E
SEGURANÇA DA COZINHA/LOCAL DE REFEIÇÃO E ACESSO AOS
ALIMENTOS**

A Fiscalização constatou por toda a área das oficinas e locais de alojamento, alimentos deteriorados, além de diversos alimentos que deveriam ser guardados em temperatura refrigerada que estavam armazenados fora da geladeira. Os alimentos eram manipulados sem qualquer higiene, o fogão, doméstico, insuficiente para dar conta da quantidade de trabalhadores alojados. No caso da oficina sob gerenciamento de [REDACTED] acesso à alimentação era controlado pelo gerente da oficina, sr. [REDACTED]. Ainda no caso desta oficina, a alimentação não era suficiente para todos os trabalhadores e seus familiares.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 - Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
– ração animal (cães) armazenada juntamente com alimentos destinados aos trabalhadores no alojamento.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 - Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
– ÚNICA COZINHA DO ALOJAMENTO DOS TRABALHADORES



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



19/03/2013 - Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
– alimentos perecíveis armazenados na lavanderia, junto a produtos de limpeza.

**RISCO DE EXPLOSÃO NOS IMÓVEIS – BOTIJÕES DE GLP ALOJADOS
IRREGULARMENTE EM ÁREAS CONFINADAS**



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 - Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]
– COZINHA DO ALOJAMENTO DOS TRABALHADORES – INSTALAÇÃO
IRREGULAR DE BOTIJÕES DE GLP EM ÁREA CONFINADA. RISCO GRAVE
E IMINENTE DE EXPLOÇÃO.

DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

A Fiscalização constatou que as instalações sanitárias eram precárias e insuficientes para dar conta da quantidade de trabalhadores das oficinas. Não eram fornecidas roupas de cama e toalhas de banho. Não eram fornecidos produtos de higiene pessoal, como sabonete, papel higiênico e creme dental.

DAS CONDIÇÕES DE ALOJAMENTO



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



19/03/2013 - Oficina de Costura sob gerenciamento de [REDACTED]..
Quartos dos trabalhadores, com infiltrações, umidade e sujeira. Falta de espaço
próprio para guarda de suas roupas e demais pertences (armário).

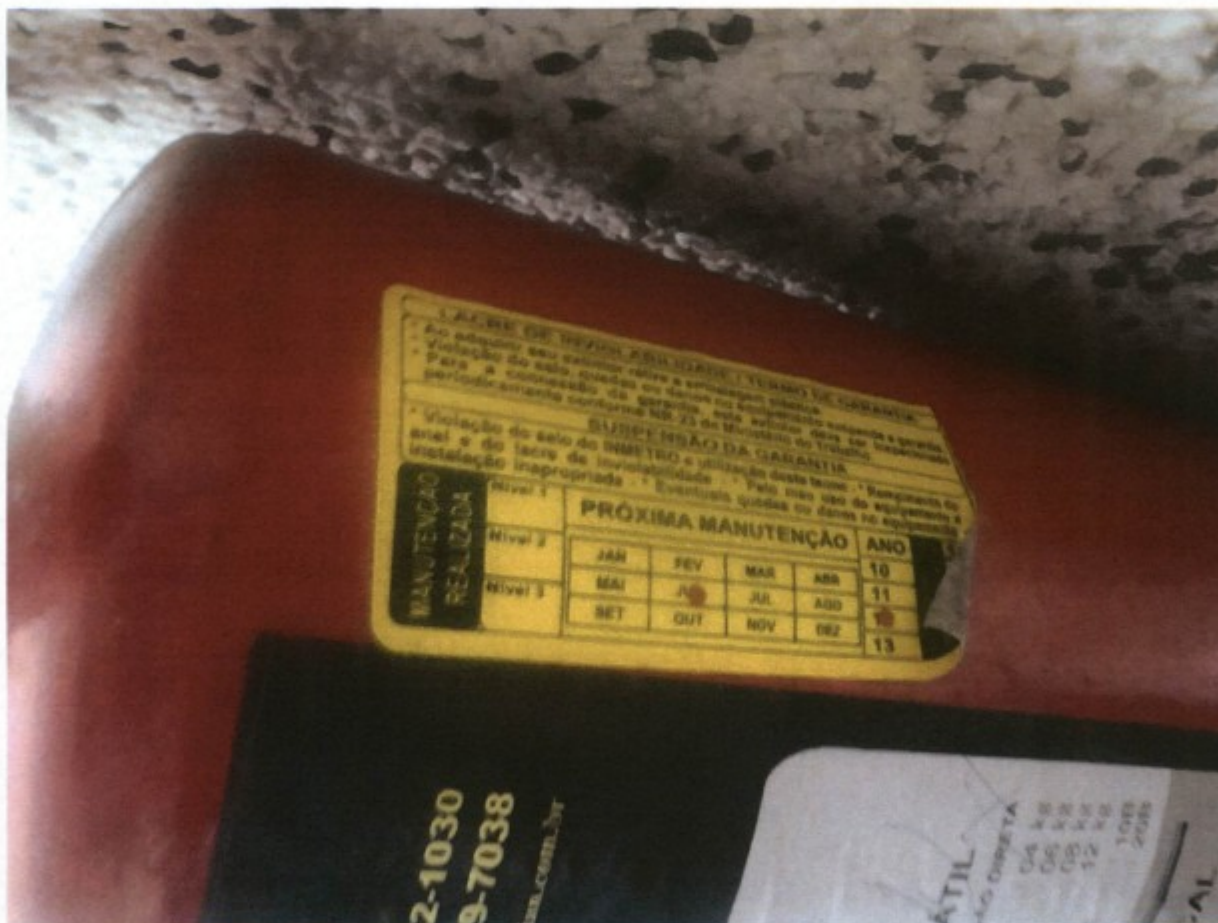
**OUTRAS DESCONFORMIDADES DE SEGURANÇA E SAÚDE NOS
AMBIENTES DE TRABALHO E ALOJAMENTOS**

A Fiscalização constatou outras graves irregularidades nos quesitos de
segurança e saúde do meio ambiente de trabalho, que foram objeto de
autuação específica, tais como deixar de equipar o estabelecimento com



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

extintores de incêndio, entre outras irregularidades, como extintores de incêndio vencidos:



DO RISCO GRAVE E IMINENTE E DA LAVRATURA DE TERMO DE INTERDIÇÃO DA OFICINA DE COSTURA

Pelos motivos acima expostos, constatado risco grave e iminente à segurança e à saúde dos trabalhadores, foram lavrados Termo de Interdição do local inspecionado.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

X. DAS CRIANÇAS ENCONTRADAS EM SITUAÇÃO DE RISCO.

Foram encontradas 3 (TRÊS) crianças nos ambientes de trabalho e alojamento das quatro oficinas inspecionadas, com idades entre 17 dias, que se encontrava enfermo, e 6 anos (SEIS) anos. Nenhuma delas foi flagrada trabalhando. Encontravam-se, porém, expostas aos mesmos riscos à saúde e segurança sofridos por pais, agravados pela maior vulnerabilidade das crianças aos agentes físicos, químicos e biológicos abundantes nesse ambiente insalubre e perigoso.

XI. DO ALICIAMENTO – TRÁFICO DE PESSOAS E SERVIDÃO POR DÍVIDA

O aliciamento ocorreu com traços de logro, simulação, fraude e outros artifícios para movimentar mão-de-obra de um lugar para o outro na América do Sul, com o objetivo único de lucro, conseguido em cima do engano do trabalhador e de sua utilização como mão-de-obra escrava em alguma parte do ciclo produtivo da empresa autuada. Como ponto diferencial desse processo está o “ser” estrangeiro e, conseqüentemente, mais vulnerável a todo tipo de sujeição, em troca de uma vida minimamente melhor em outra parte.

Pelo menos no caso da oficina situada à Rua Cajurú, n. 59, Belenzinho, São Paulo-SP restou claro o papel do oficinista, [REDACTED] como a pessoa responsável pelo aliciamento na Bolívia, com propostas de que trabalhassem na oficina, recebendo um bom salário mais alimentação e residência. Ficou demonstrado o financiamento da vinda desses trabalhadores e seus familiares ao Brasil, pelo próprio oficinista [REDACTED]

Também foi identificada a limitação de sair das oficinas, o que só poderia acontecer com prévia autorização de [REDACTED]. Essa restrição à liberdade, ainda quando não explícita, mostrou-se efetiva dado o nível de dependência das vítimas para com a figura do oficinista. Todos os aspectos de suas vidas privadas eram controlados pelo oficinista. Nem sempre [REDACTED] deixava os trabalhadores saírem, ainda que fosse para tratar de documentos ou levar os filhos ao posto de saúde. Era preciso avisar com antecedência [REDACTED] não costuma autorizar a saída dos trabalhadores quando havia muitas encomendas e o prazo estava apertado. [REDACTED] inclusive os exigia de forma mais incisiva quando precisava entregar as encomendas mais rapidamente.



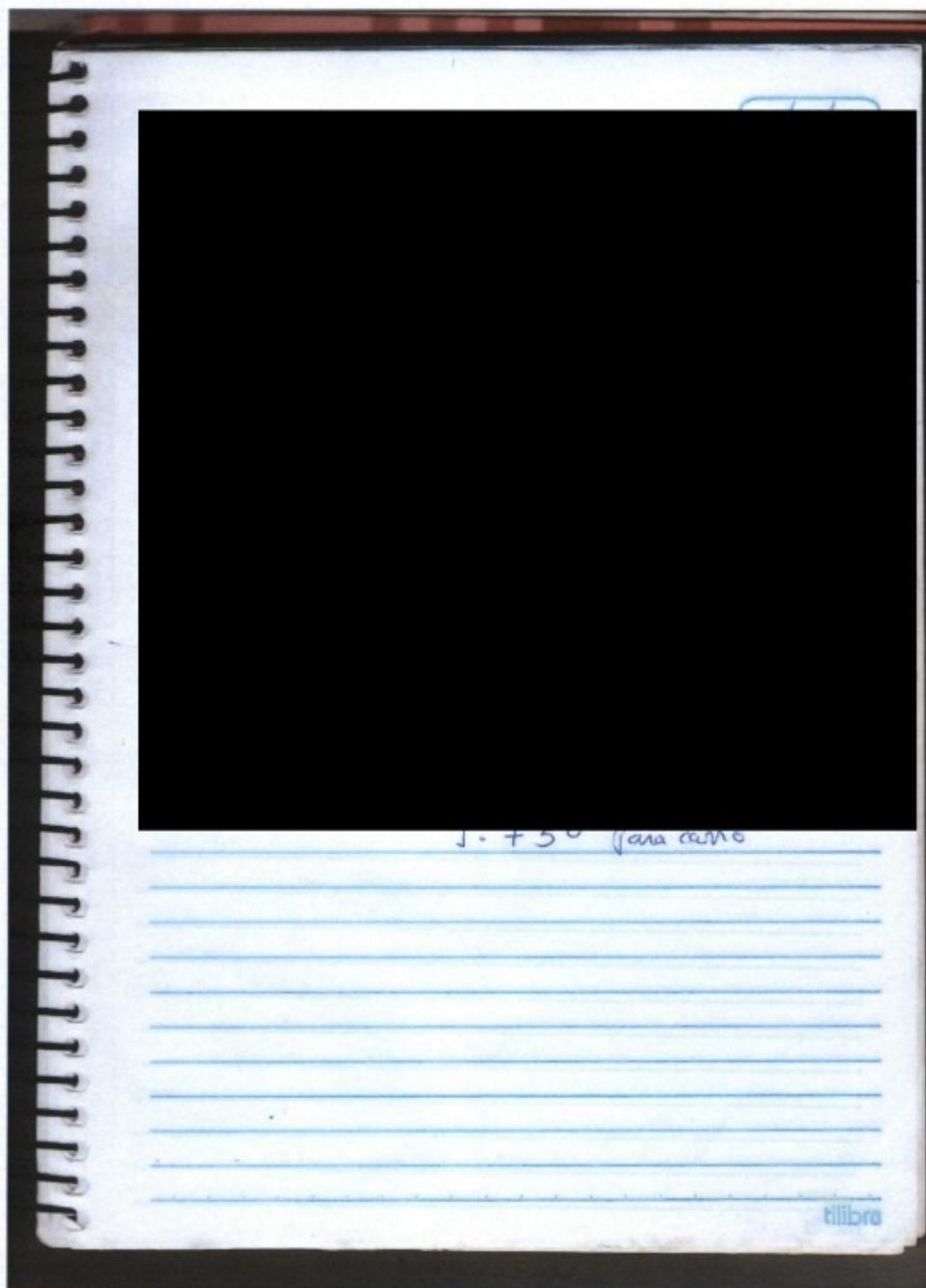
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Conforme constatado nos cadernos de contabilidade informal da oficina, os trabalhadores pagaram com sua força de trabalho pelas passagens adquiridas por [REDACTED] para virem da Bolívia. Apesar do compreensível silêncio de algumas das vítimas, outros elementos colhidos na Auditoria, como o apontamento de descontos de “passagens” e “documentos”, por exemplo, bem como outros descontos de “vales”, confirmam a situação de servidão por dívida a que eram submetidos os trabalhadores.

Mesmo sendo informados, em idioma espanhol, de que o motivo da inspeção era a regularização de sua situação trabalhista e previdenciária, os trabalhadores aparentavam temor reverencial diante do oficinista, e apreensão; poucos foram os que subsidiaram esta Auditoria com mais informações.



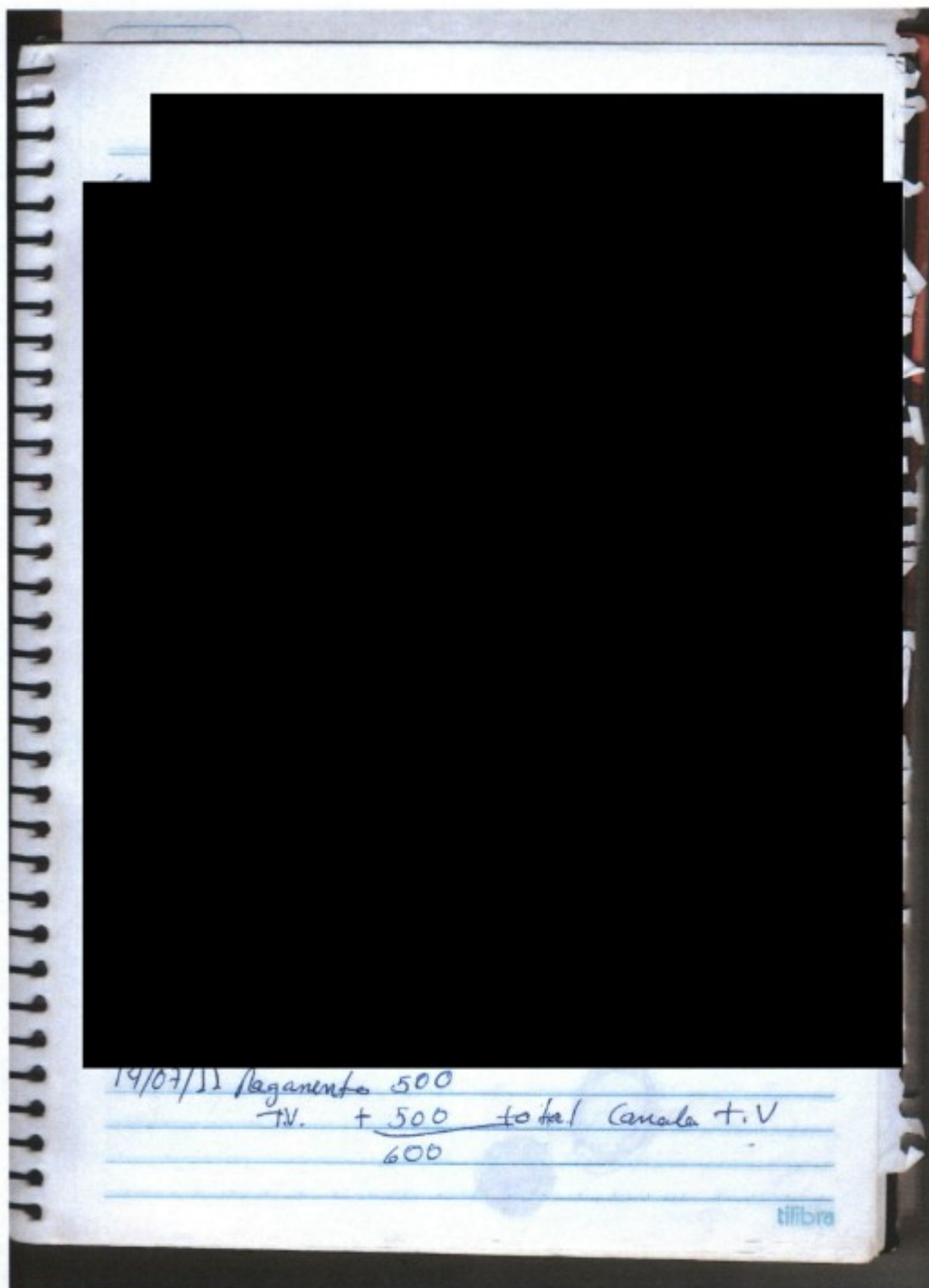
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura do sr [REDAZIDA] – contabilidade informal – dívida contraída com tomador de serviços (“coreano vale”).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura do sr. [REDACTED] – contabilidade informal – várias dívidas, principalmente referentes a “passagens” contraídas pelos trabalhadores e anotadas pelo oficinista.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

TI

[Redacted Content]

tilibra



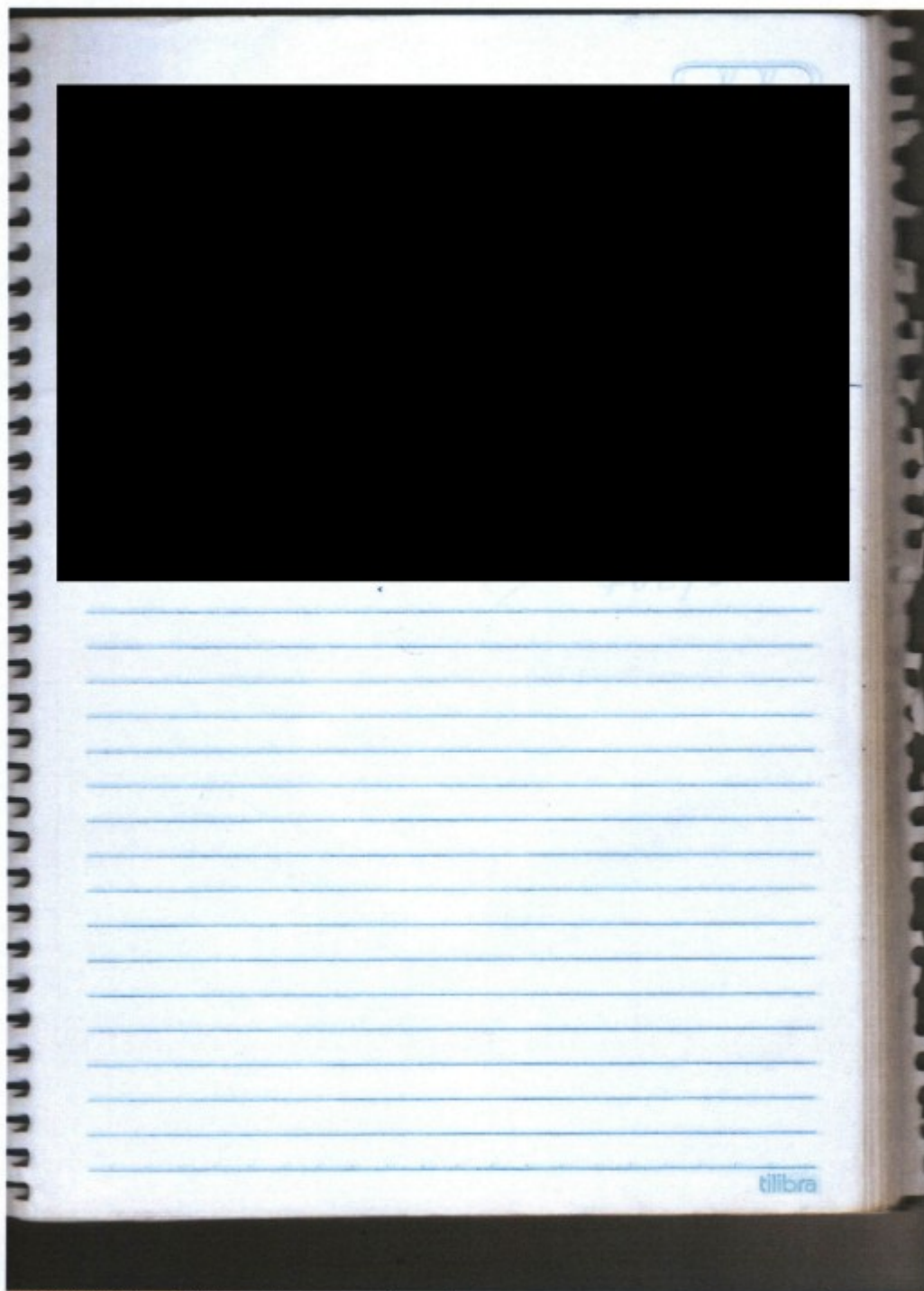
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura do sr. [REDAZIDA] – contabilidade informal - várias dívidas, principalmente referentes a “passagens” contraídas pelos trabalhadores e anotadas pelo oficinista.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

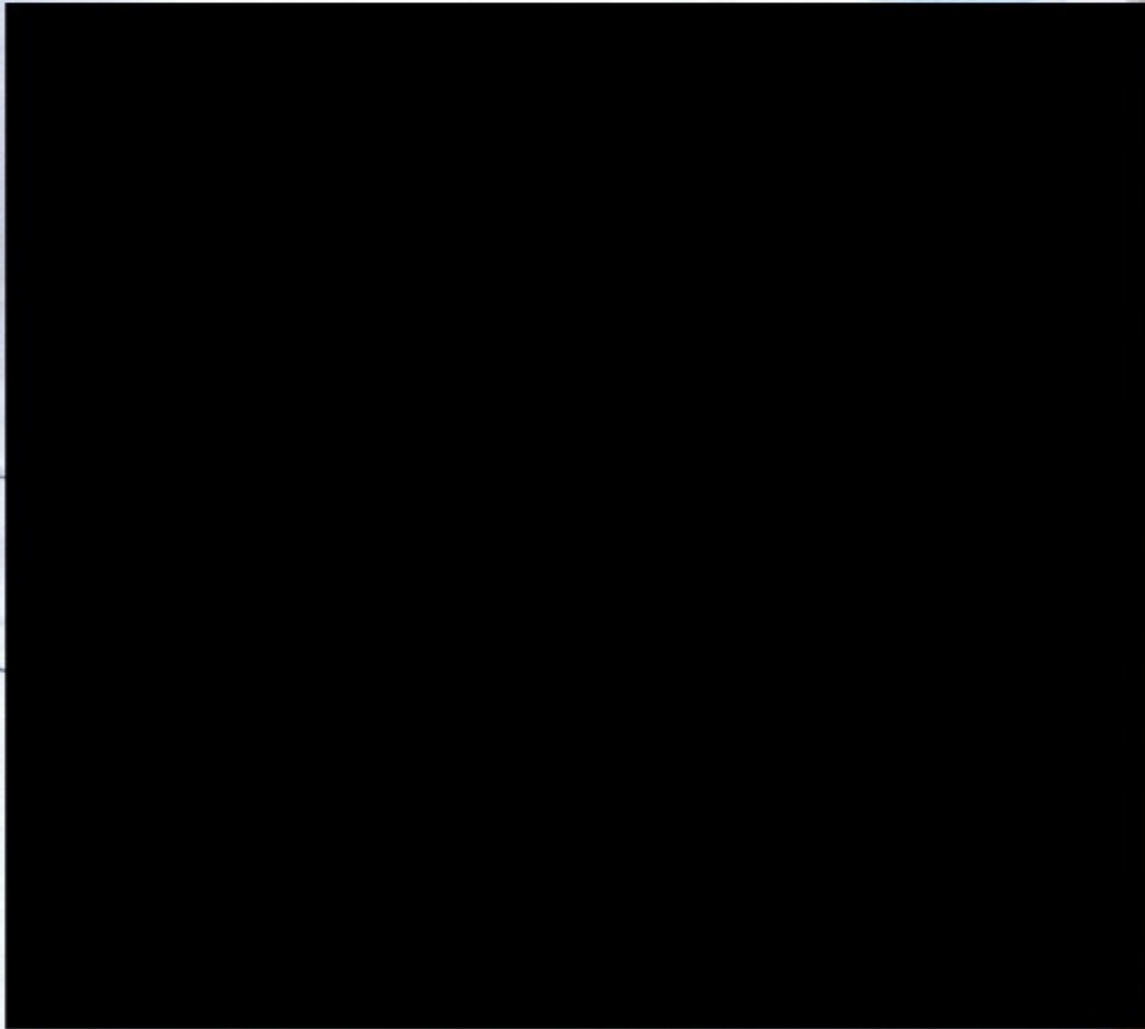


19/03/2013 – Oficina de costura do sr. [REDAZIDA] – contabilidade informal – várias dívidas, principalmente referentes a “passagens” contraídas pelos trabalhadores e anotadas pelo oficinista. Aqui, o desconto de R\$ 800,00 da produção do trabalhador a título de “dívidas”.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

44/85



1

6

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314

1315

1316

1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

1334

1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

1350

1351

1352

1353

1354

1355

1356

1357

1358

1359

1360

1361

1362

1363

1364

1365

1366

1367

1368

1369

1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

1378

1379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414

1415

1416

1417

1418

1419

1420

1421

1422

1423

1424

1425

1426

1427

1428

1429

1430

1431

1432

1433

1434

1435

1436

1437

1438

1439

1440

1441

1442

1443

1444

1445

1446

1447

1448

1449

1450

1451

1452

1453

1454

1455

1456

1457

1458

1459

1460

1461

1462

1463

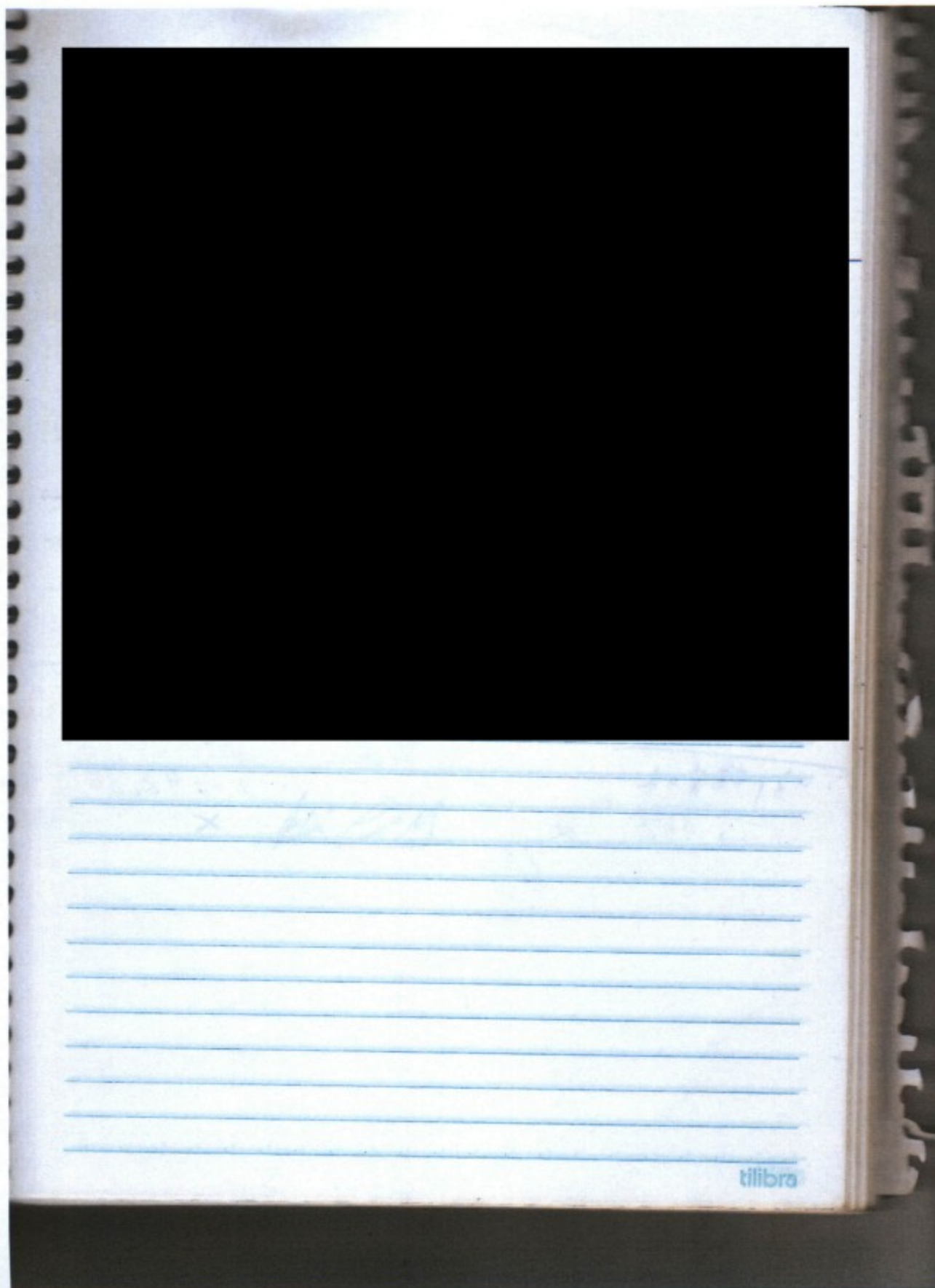
1464

1465

14

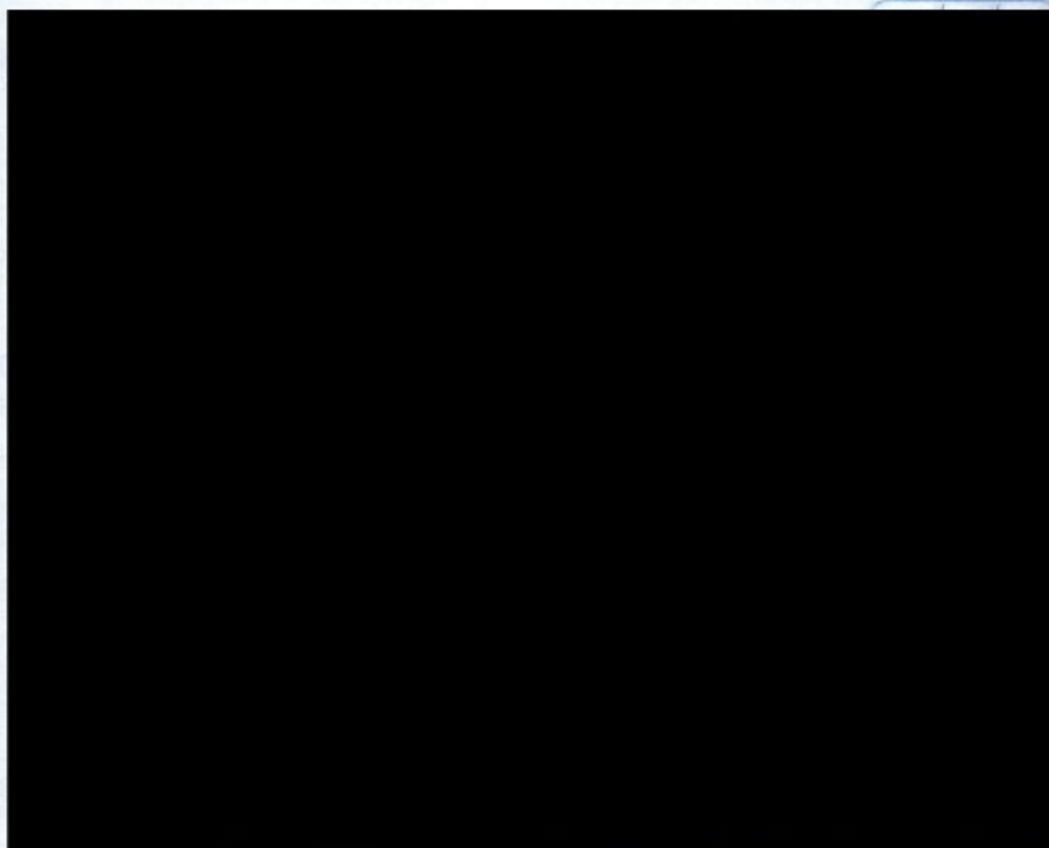


MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



38	Kaqui "	38	Emo.
40	Kaqui "	37	Antonio
40	Kaqui "	38	Jarier
40	Kaqui "	38	Juvenio
42	Kaqui "	23	Juvenio
42	Kaqui "	23	Angela
44	Kaqui "	23	Juvenio
44	Kaqui "	14	Antonio
36	Preto	40	Jarier
38	Preto	15	Jarier
40	Preto	10	Edmar - 4 Jarier
42	Preto	14	Daniel
44	Preto	15	Pablo

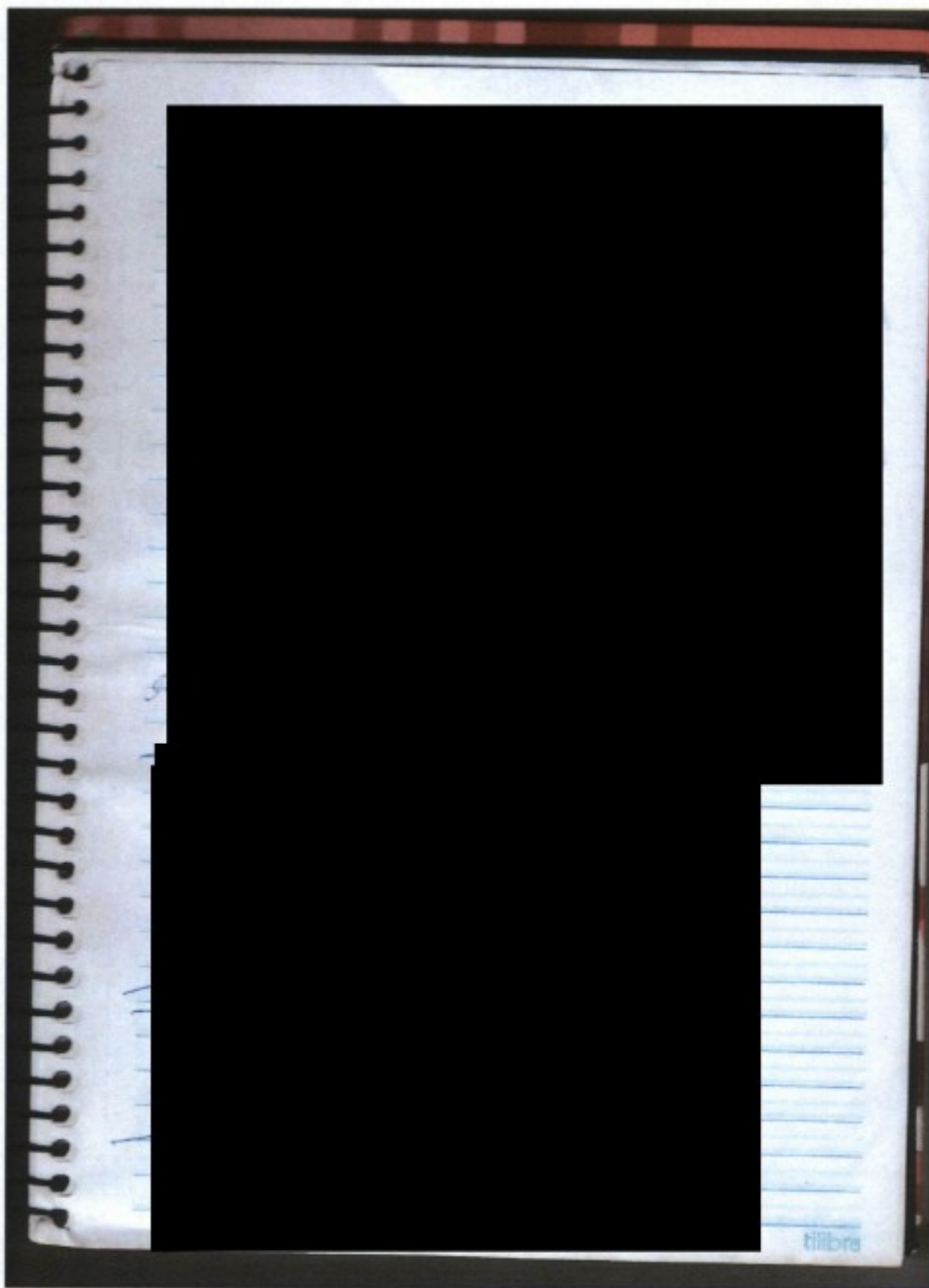


Continua.

WF



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura do sr. [REDACTED] contabilidade informal – várias dívidas, principalmente referentes a “passagens” contraídas pelos trabalhadores e anotadas pelo oficinista. DESCONTO DE “VISA” (VISTO).



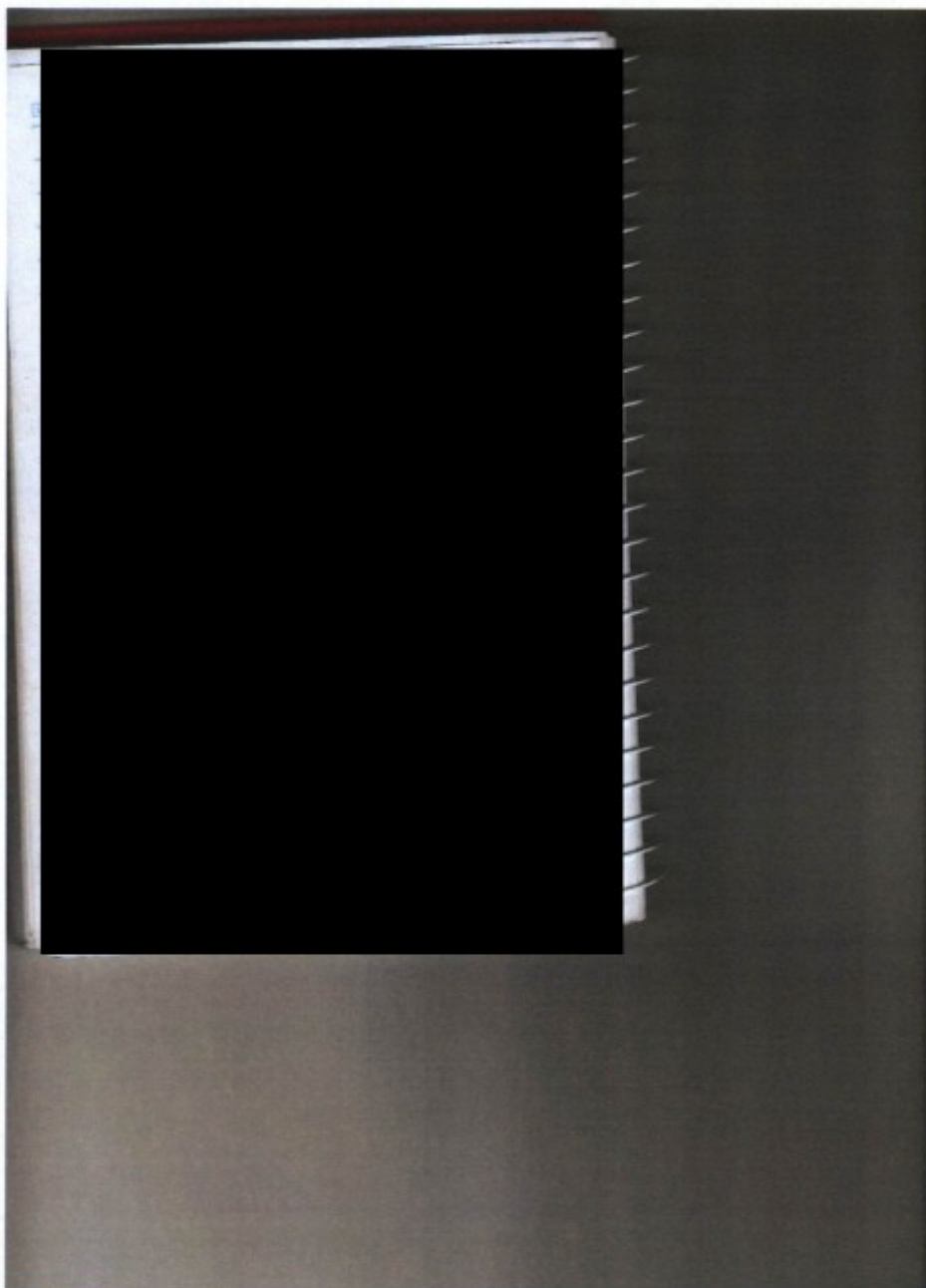
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



OBSERVAÇÃO DA AUDITORIA: CONSTATOU-SE
QUE ESTA É A PRODUÇÃO DE DOIS MESES:
JAN/FEV/2013. *Waine*



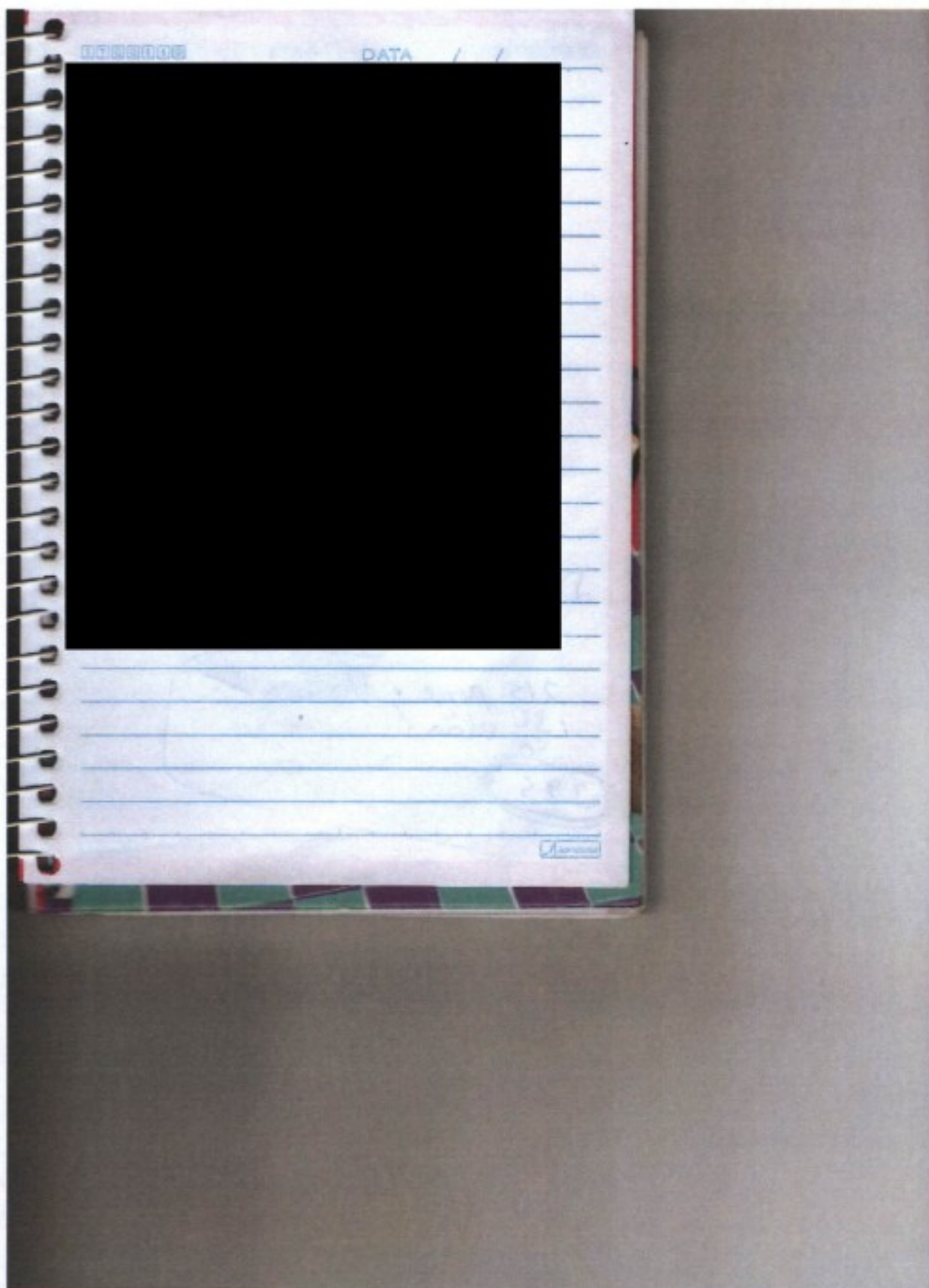
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura do sr [REDAZIDA] – contabilidade informal – várias dívidas, principalmente referentes a “passagens” contraídas pelos trabalhadores e anotadas pelo oficinista. DESCONTO DE “VISA” (VISTO).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura do sr. RUBEN HUANCA MAMANI – normas da oficina.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÁQUINA

Eu, [REDACTED] administrador da empresa [REDACTED]

[REDACTED] inscrito no CNPJ 09.005.850/0001-57, inscrição estadual 149.774.288.117,

declaro que estou utilizando, como empréstimo, os seguintes equipamentos, pertencentes à empresa CONFECÇÕES ENTEMPO LTDA., CNPJ 05.075.572/0001-53:

Uma máquina de fazer bolso em roupas, "Universal Flap Pocket Machine", JK 5878 series, Modelo Fenix FX-M4578-38.

Um compressor, para ser usado única e exclusivamente para a máquina de fazer bolso.

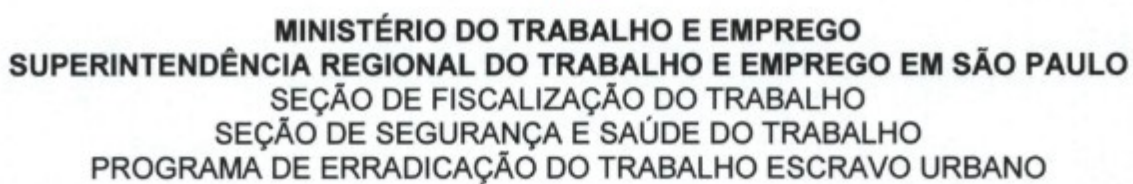
Concordo que serei considerado responsável por qualquer dano ou avaria causado aos equipamentos indicados acima, devendo indenizar a CONFECÇÕES ENTEMPO até o montante do dano causado nos equipamentos.

Concordo, também, em manter os equipamentos indicados acima, em bom estado de conservação, realizando os serviços/reparos neles necessários, para o seu bom funcionamento (tais como, troca de óleo, troca de peças etc.).

[REDACTED]

São Paulo,

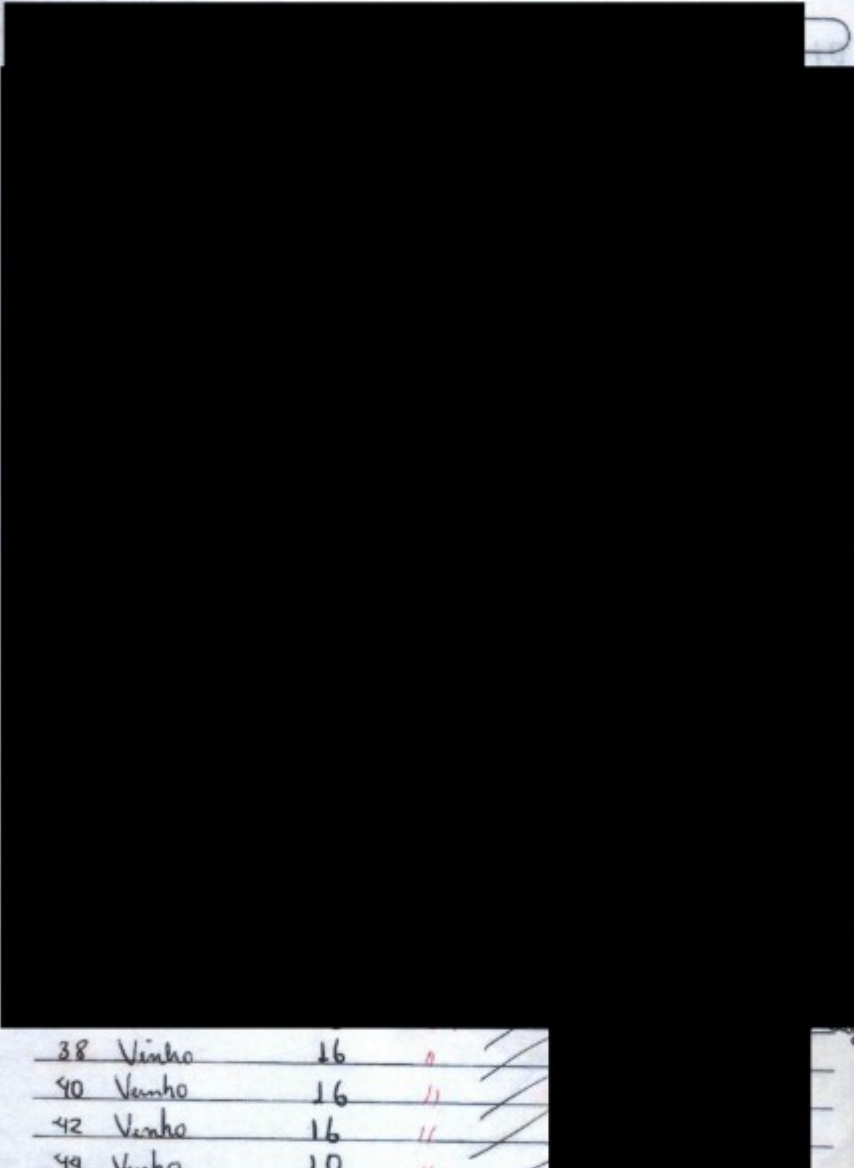
19/03/2013 – Oficina de costura do sr. [REDACTED] – empréstimo de máquinas da SILOBAY (Confecções Entempo – razão social anterior da empresa) para o oficinista.



19/03/2013 – Oficina de costura do sr [REDACTED] – nota que comprova o aliciamento de trabalhadores desde o Altiplano Boliviano, até São Paulo, por anúncios de rádio (tráfico internacional de pessoas).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



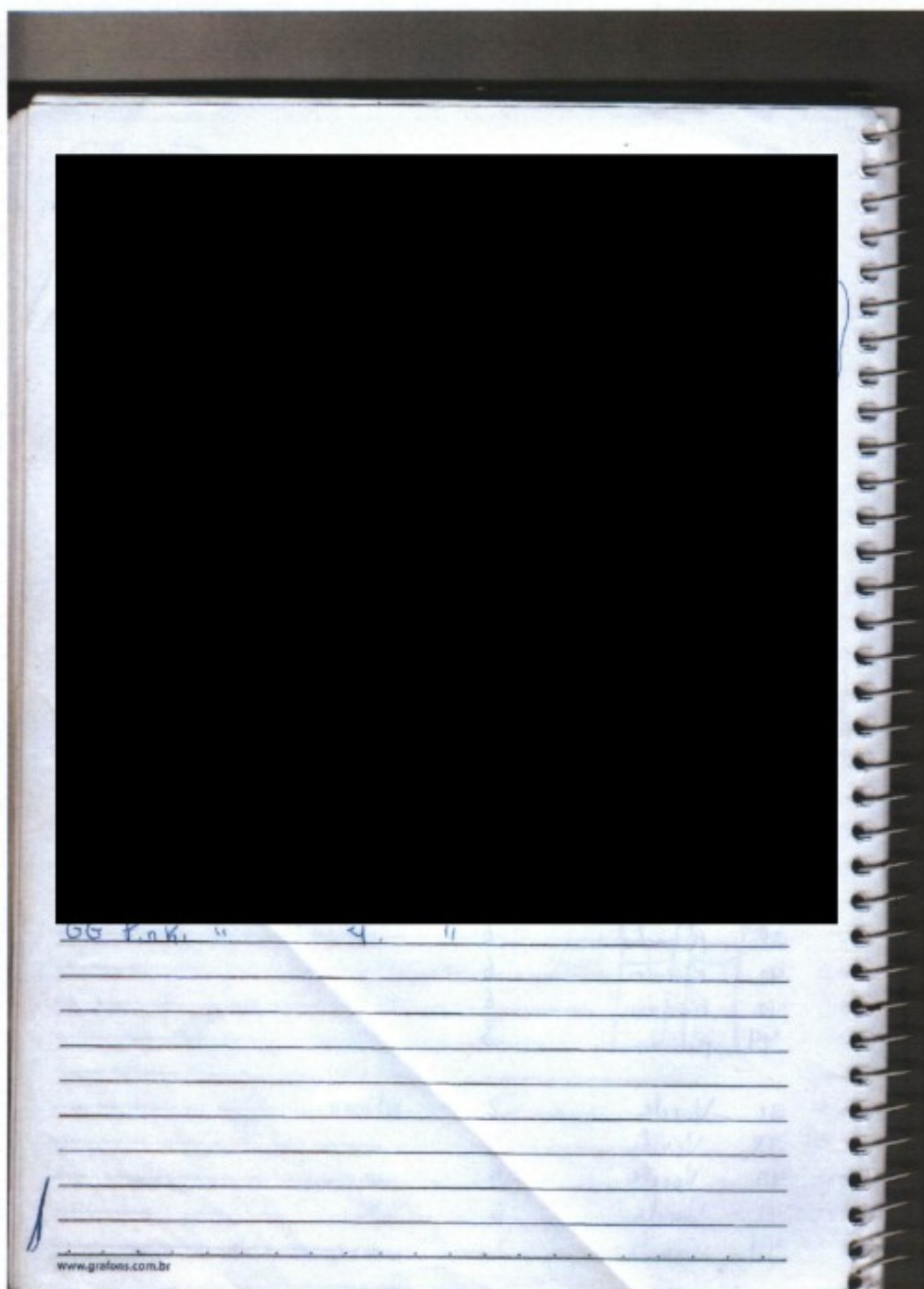
38	Vinho	16	11	/
40	Vinho	16	11	/
42	Vinho	16	11	/
44	Vinho	20	11	/
46	Vinho	6	11	/

www.grafons.com.br

19/03/2013 – Oficina de costura do sr. [REDACTED] – contabilidade informal – desconto de defeitos das peças confeccionadas para a GEP (MARCA LUIGI BERTOLLI).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



19/03/2013 – Oficina de costura do sr. [REDAZIDA] – contabilidade informal – ANOTAÇÃO de produção das peças da GEP (MARCA EMME).



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**

**XII. DO SISTEMA COLETIVO DE ALIMENTAÇÃO E MORADIA DOS
TRABALHADORES - DA CARACTERIZAÇÃO DA SERVIDÃO POR DÍVIDA
E DO TRABALHO FORÇADO - "TRUCK SYSTEM"**

"*Truck system*" é o sistema pelo qual o empregador limita a disposição e o uso do salário pelo empregado, através de coação ou induzimento na aquisição de bens essenciais fornecidos pelo próprio empregador. No caso *sub analise*, o sistema é agravado pela identificação de servidão por dívida, como já demonstrado acima.

Como forma de proteção ao salário, a norma inserida na Consolidação das Leis do Trabalho repele o sistema "*truck system*", estabelecendo, no artigo 462 e seus parágrafos, os princípios da irredutibilidade e intangibilidade salarial. Da leitura deste artigo, vê-se que o sistema jurídico, portanto, proíbe qualquer desconto salarial não autorizado em lei ou instrumentos normativos.

No presente caso, considerando que moradia e alimentação são precárias e fornecidas diretamente pelos oficinistas, custeadas pelos empregados através de sua produção, **constata-se que a sobrevivência dos empregados e suas famílias depende inteiramente desta transação que é feita com o oficinista. A situação é agravada pelo fato de os trabalhadores receberem valores desprezíveis pela peça costurada, em média, R\$ 3,00 (três reais): somente com muitas horas de trabalho os costureiros conseguem auferir algum ganho, após descontados os valores de habitação e alimentação. De se dizer que esses descontos não eram sequer percebidos pelos trabalhadores: aos serem entrevistados, declararam que não lhes era descontado o valor de habitação e alimentação; porém a fiscalização apurou que o valor recebido por peça costurada pelo trabalhador, pelo oficinista, era dividida em três partes: uma para o trabalhador, uma para o "lucro" do oficinista, e outra para a manutenção dos gastos da oficinista. Portanto, esse desconto, apesar de "indireto" e de não ser percebido pelo trabalhador, era efetivo.**

Os descontos salariais verificados extrapolam os limites fixados no artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, e lesam à norma cogente, de interesse público, independentemente do "consentimento" dos empregados.

Sendo assim, tendo suas necessidades essenciais providas apenas pelos oficinistas, desprovidos de qualquer liberdade de escolha ou disponibilidade dos salários, e "aceitando" as condições degradantes de trabalho e alojamento, em troca de uma remuneração (quando existente), desprezível, mas que enviada para suas famílias na Bolívia e convertida em moeda local, vinha a representar a única fonte de



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

subsistência destas, o “consentimento” desses trabalhadores com relação aos descontos indevidos e às demais condições extremas da “relação laboral” não pode ser acolhido; muito pelo contrário, por representar repugnante abuso da condição de vulnerabilidade social e econômica dessas pessoas, passa a ser dever das instituições desconsiderar esse consentimento, apontando a ocorrência de trabalho forçado, a serviço e em benefício da empresa ora responsabilizada, que vem a ser a beneficiária final da força de trabalho desses imigrantes.

JORNADA EXAUSTIVA E REMUNERAÇÃO DESPREZÍVEL

A oficina sob gerenciamento de [REDACTED] inspecionada contava com 29 trabalhadores, todos de nacionalidade boliviana, e sem o devido registro. Os trabalhadores viviam e trabalhavam no mesmo local, em habitação multifamiliar precária. Verificamos que eles trabalhavam, de segunda a sexta-feira, das 7h30h às 12h00, com MEIA HORA DE ALMOÇO, e das 12h30 às 20h30. Eventualmente essa jornada se estendia além desse horário. Aos sábados, trabalhavam das 7h00h às 12h00.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

A jornada exaustiva imposta a estes trabalhadores de origem boliviana está diretamente relacionada ao baixo valor pago pela GEP IND. E COM. LTDA. para cada peça costurada. Em média, o valor recebido é de R\$ 3,00 (três reais) por peça costurada. Apenas com muitas horas de trabalho os trabalhadores imigrantes conseguiriam gerar renda suficiente para garantir as despesas com alimentação e moradia providas pelo oficinista, além da almejada sobra que, remetida à Bolívia e convertida em moeda local, poderia minimamente prover à subsistência de uma família inteira. Esta jornada, agravada pelo ritmo intenso e concentração exigidos no trabalho por produção, tornava-se exaustiva.

No caso da oficina sob gerenciamento de [REDACTED] independentemente da complexidade da costura, os valores combinados com costureiros era de R\$ 3,00 por peça. [REDACTED] prometeu pagar salários a cada 2 meses, abatidas, obviamente, todas as dívidas, consideradas ilegais pela fiscalização, anotadas nos cadernos de contabilidade informal; porém ele não manteve a promessa. Eles recebiam de forma irregular..

**XIII. DA ATIVIDADE ECONÔMICA EXPLORADA NAS OFICINAS
VISITADAS E NA REDE VAREJISTA RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO**

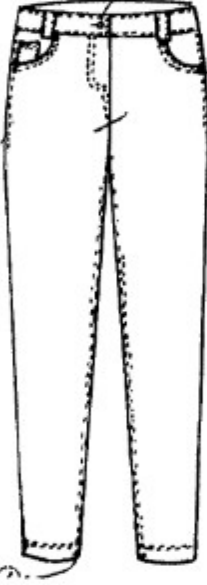
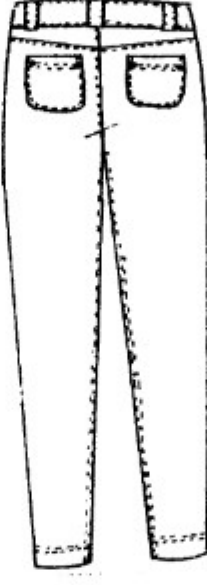
Trata-se de atividade de costura, inserida na cadeia produtiva da atuada, por meio de OFICINAS DE COSTURA, trabalhando para a empresa atuada GEP IND. E COM. LTDA, durante o período em que foram confeccionadas e costuradas peças de roupas para a atuada. Dentre elas, peças que se encontravam em fase de confecção durante a visita fiscal.

Já a empresa GEP IND. E COM. LTDA, apesar de ter como seu objeto social a “confecção de peças de vestuário” – CNAE 1412601 – não mantém atividade de costura dentro de suas instalações, mas ao contrário, “terceiriza” sua produção, a partir do desenvolvimento, moldes, pilotos e fichas técnicas por ela definidos, para oficinas de costura que são, na aparência, tratados como FORNECEDORES. Essas oficinas de costura, por sua vez, mantém trabalhadores em completa informalidade, ou como foi demonstrado no caso das oficinas de costura inspecionadas, em condições de trabalho semelhantes ou análogas às de escravos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

IDENTIFICAÇÃO	
COLEÇÃO: INVERNO 2013	ESTILISTA: [REDACTED]
LINHA: City	N. LACRE: [REDACTED]
GRUPO: Calça	PACOTE: [REDACTED]
SUBGRUPO: Skinny/Slim	ESPECTRO GRADE: 36-38-40-42-44-46
BASE: B6264	COMPRADOR: [REDACTED]
DESCRIÇÃO: CL cobra calandra	FORNECEDOR: Colvara

FRENTE	COSTA
	

AMOSTRAS (tecidos, aviamentos, botões...)



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

FIGURA CONFEÇÕES

FICHA TÉCNICA DE FACÇÃO

Ofic.		Produto	Pálca Básica		
Cliente	Coni	Refer.	856	Pedido	
Datas:-	17.01.12.	Previsão:	30.01.12.	Real:	
Pç. Piloto	OK	Gabarito	OK	Etq. Tam.	372
		Marca	372	Compos.	372

ACESSÓRIOS

Viés	Zip	Ombreira							

Pontos Críticos de Qualidade

GRADE							Total
Cor	38	40	42	44	46	48	
Palete	75	85	69	61	52	30	
							379

REVISÃO DE QUALIDADE (Quantid. de Peças)

Confec.	Tecido	Total	%

75
85
160

OBSERVAÇÕES

Palete 11.00 e/colagem.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

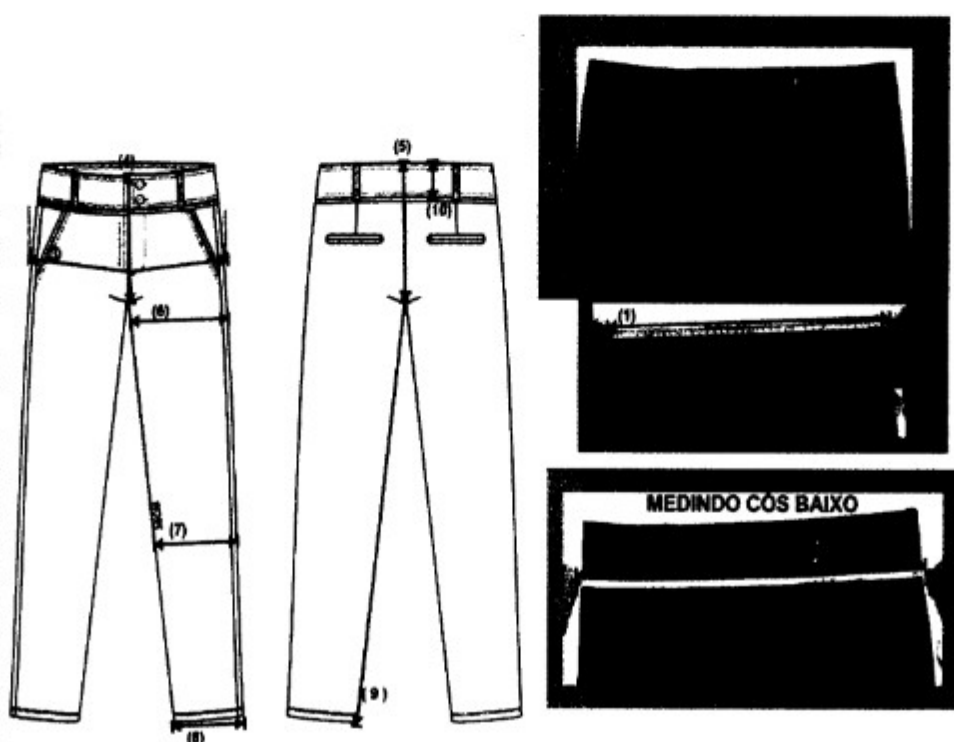
IDENTIFICAÇÃO (1/2)					
Nome		city marca			
Item		ETIQUETA			
Grade	Código GEP	Cód. Forn.	Cor GEP	Cor Forn.	Descrição
	09.02.1206	09.02.1206	10	10	Etiqueta de Marca
36	09.02.1214	09.02.1214	10	10	Etiqueta de Marca
38	09.02.1215	09.02.1215	10	10	Etiqueta de Marca
40	09.02.1216	09.02.1216	10	10	Etiqueta de Marca
42	09.02.1217	09.02.1217	10	10	Etiqueta de Marca
44	09.02.1218	09.02.1218	10	10	Etiqueta de Marca
46	09.02.1219	09.02.1219	10	10	Etiqueta de Marca
48	09.02.1220	09.02.1220	10	10	Etiqueta de Marca
Cons/Qtd		Larg/Tam	Fabricante	Composição	Observações
			Garbor		
Nome					
Item					
Grade	Código GEP	Cód. Forn.	Cor GEP	Cor Forn.	Descrição
Cons/Qtd		Larg/Tam	Fabricante	Composição	Observações
Nome					
Item					
Grade	Código GEP	Cód. Forn.	Cor GEP	Cor Forn.	Descrição
Cons/Qtd		Larg/Tam	Fabricante	Composição	Observações



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

TABELA DE MEDIDAS			
	Ponto de medida (idem especificações)	Amostra	Peça
01	1/2 Cintura (no topo do cós reto)		
02	1/2 Cintura baixa (na costura do cós reto)		
03	1/2 Quadril		
04	Gancho frente		
05	Gancho costas		
06	1/2 Coxa		
07	1/2 Joelho (medido a 35cm da ponta do gancho)		
08	1/2 Barra (reta de costura a costura)		
09	Entrepernas (da ponta do gancho até final da barra)		
10	Altura do cós (medido no centro costas)		
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

COMO MEDIR





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

ESPECIFICAÇÕES					
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

OBSERVAÇÕES					
Repetição EXATA do modelo B6264					

	Cor (ref.)	Cor (descrição)		Cor (ref.)	Cor (descrição)
01	10	Preto	06		
02			07		
03			08		
04			09		
05			10		

MATÉRIA PRIMA						
	Item	Código GEP	Cód. Forn.	Cor GEP	Cor Forn.	Descrição
01	TECIDOS	01.02.1298		10	PRETO	PA 101 COM COBRA CALANDRA
02	BOTAO		MR2225	ônix		
03	REBITE		MR453	ônix		
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

	Cons./Qtd	Larg./Tam	Fabricante	Composição	Observações
01			LANABELLA		Comprar tecido da Lanabella
02			LEMARQUE		
03			LEMARQUE		
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

13/03/2013 – visita à sede da GEP. Especificações de produção. Até mesmo a marca do tecido que deverá ser comprada pelo “fornecedor” é definida pela GEP.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

De:
Enviado em:
Para:
Cc:
Assunto:

Oi Caio,

Posso diminuir para 2 botões em cada lado da barra - total 4? Caso sim, ok para \$45.
Obrigada.

Beijos,

On 12/20/12 6:36 PM,

Não consigo preciso pagar R\$ 45,00 no máximo.

bjo

GEP Brasil | Coordenador Compras
Alfalaria / tecido plano
55 11 3038 0320

CORR

URG. BERTOLU



A calça de ponto roma LBFI13.16 você consegue fechar por \$49 para a gente finalizar os pedidos da 2a entrada LBF?

Obrigada.

Beijos,

Bom dia!



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



Boa tarde! Segue o meu retorno sobre os modelos pendentes:

LBFI13.55 - aguardando a [redacted] redesenhar para gente tentar chegar no custo desejado de \$48. - **Neste pode tirar a renda e refazer o custo para fecharmos.**

LBFI13.90 - \$56 se usar spikes ouro pescoço e botões de pézinho spikes ouro sem ser da Le Marque, de outro fornecedor importado. Tudo bem? **OK, apenas atente - se ao comprar estes avios para não termos problemas de descascar depois.**

LBFI13.29 - \$62 se mudar os aviamentos para níquel ao invés de banho ouro, pode ser? Não pensei nisso na nossa reunião hoje, mas quando pedi para ligarem na loja de zíper me deram essa opção para chegar no custo desejado. **OK confirmado com a [redacted]**

LBFI13.16 - \$50 é o meu limite, não consigo chegar em \$48... como podemos fazer nesse caso? **Favor aguardar retorno sobre esta peça.**

LBFI13.34 - \$61 ok se poder usar rebites e botão de metal importado ao invés de Le Marque, tudo bem. Posso? **OK, apenas atente - se ao comprar estes avios para não termos problemas de descascar depois.**

Por favor confirmar se ok!
Muito obrigada.

Beijos,
[redacted]





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Sobre os spikes ouro não descascarem, não consigo garantir pois a qualidade não é a mesma que a do Le Marque, por isso alertei sobre esse risco se trocar. Mas com certeza tentaremos não pregar nada que esteja descascado/descascando/riscado.

LBFi13.55 = sem renda ficaria \$57
Tecido: \$10,92
Tie Die: \$3,80 (melhor custo que achei)
10 botões
Custo operacional

LBFi13.16 = ok aguardarei retorno.

Beijos,

On 12/5/12 10:58 AM,

Veja abaixo minhas respostas.

Grato.

GEP Brasil | Coordenador Compras
Alfaiataria / tecido plano
55 11 3038 0320

CORRIGIR

Boa noite! Achei estranho você não ter respondido o email abaixo, mas agora que você pediu para eu te passar os custos revisados, vi que talvez você não recebeu, mas te respondi no dia 30/11, veja abaixo por favor.

Obrigada!
Beijos,

----- Original Message -----

Subject:Custos 2a Entrada Inverno LBF e L@b
Date:Fri, 30 Nov 2012 16:25:48 -0200

2

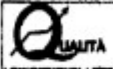
13/03/2013 – TROCA DE EMAILS entre a GEP e a “fornecedora” Silobay, que transfere a produção para a oficina visitada.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Bridge

Página 1 de 2

		LAUDO DE AUDITORIA FINAL				NÚMERO DO LAUDO 7637	
---	--	---------------------------------	--	--	--	--------------------------------	--

DADOS FORNECEDOR				DADOS CLIENTE			
Fornecedor		COVARA - SILOBAY		COMPRADOR			
Cod.	49	Região	São Paulo	GRUPE		LBF	
Tipo		PROD. ACABADO - NACIONAL		OBSERVAÇÃO			

DADOS DO PRODUTO				DADOS DO PEDIDO			
DESCRIÇÃO DO PRODUTO		CL COBRA CALANDRA		P.O.F	184239	QTD TTL	1000
				Grade de Tamanhos			
GRUPO	PROD. ACABADO - NACIONAL	COLEÇÃO	INV13	36	38	40	42
PRODUTO	05.42.0029	REF. FORNECEDOR		44	46		
SUB. GRUPO	CALCA			1	1	1	1

RESUMO DA AUDITORIA							
QTD TTL AUDITADA	Total Peças	80	NQA	NQA 4.0 NIVEL II	Critério	Passa	7
	Total Caixas					Rejeita	8

DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE AUDITADA									
Cor	Total	%	36	38	40	42	44	46	Total
10	500	50	7	7	6	6	6	6	38
32	500	50	7	7	7	7	7	7	42
Total	1000	100	14	14	13	13	13	13	80

REGISTRO DE DEFEITOS MAIORES							
Cor	36	38	40	42	44	46	Total
10	0	0	0	0	0	0	0
32	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0

HISTÓRICO				RESULTADO TÉCNICO	
QTD DEFEITOS NQA	TTL Defeitos Maiores	0	Visuais	0	

http://www.bridgetextil.com.br/qualita/auditorias/relatorio-final?cd_auditoria=7637

13/03/2013

13/03/2013 – Rigoroso controle de qualidade exercido pela GEP para com o fornecedor SILOBAY (direção dos serviços prestados).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



13/03/2013 – setor de desenvolvimento de produtos da GEP, onde são criadas e desenvolvidas as peças que serão confeccionadas nas oficinas quarteirizadas.



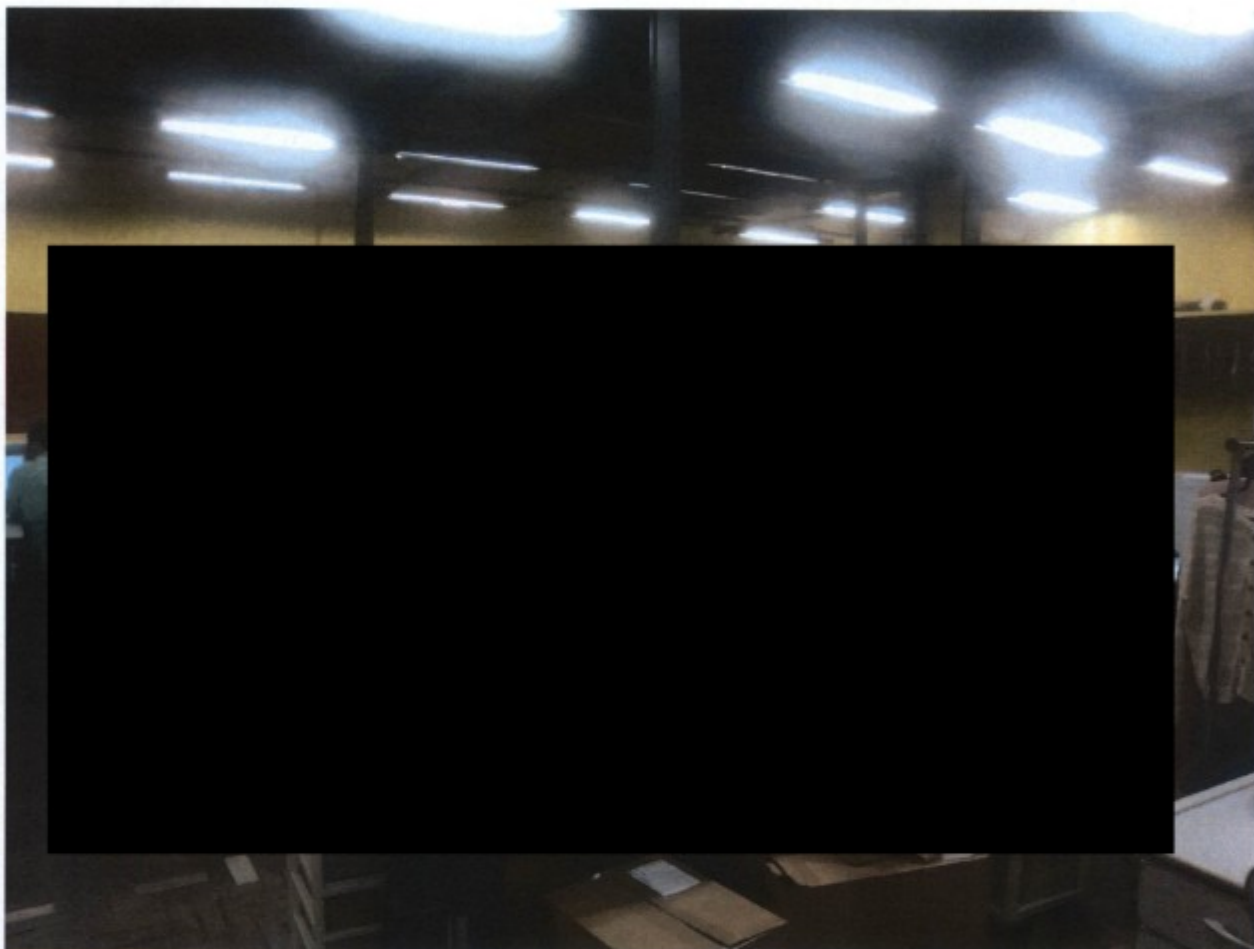
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



13/03/2013 – setor de desenvolvimento de produtos da GEP, onde são criadas e desenvolvidas as peças que serão confeccionadas nas oficinas quarteirizadas.



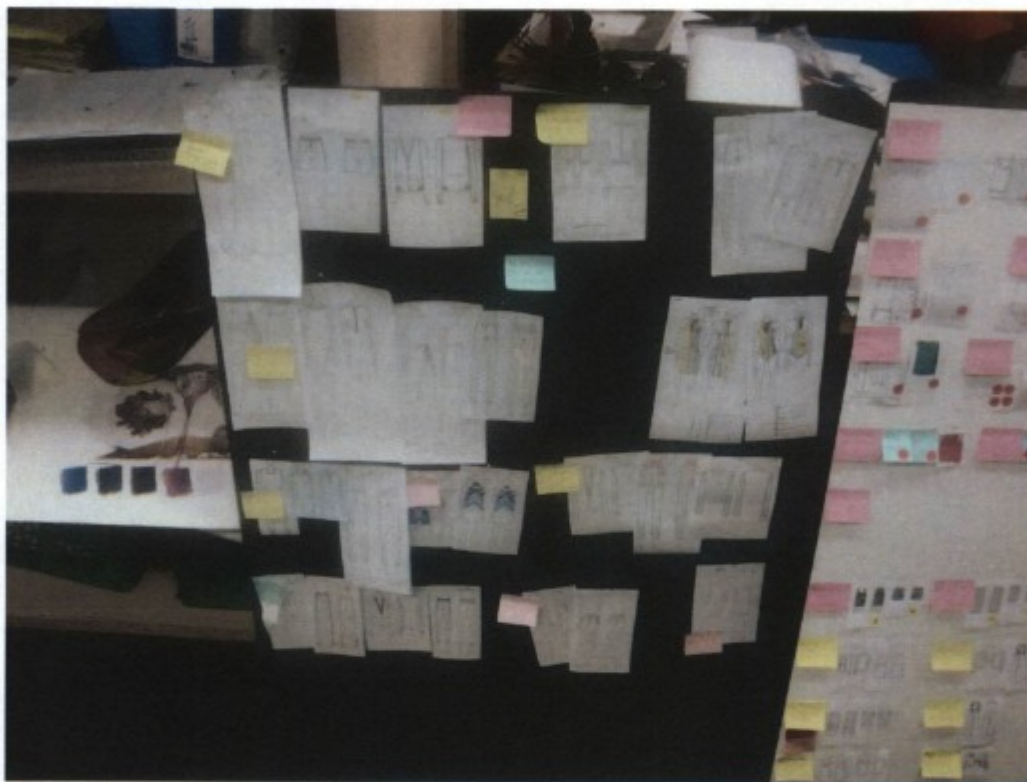
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



13/03/2013 – setor de desenvolvimento de produtos da GEP, onde são criadas e desenvolvidas as peças que serão confeccionadas nas oficinas quarteirizadas.



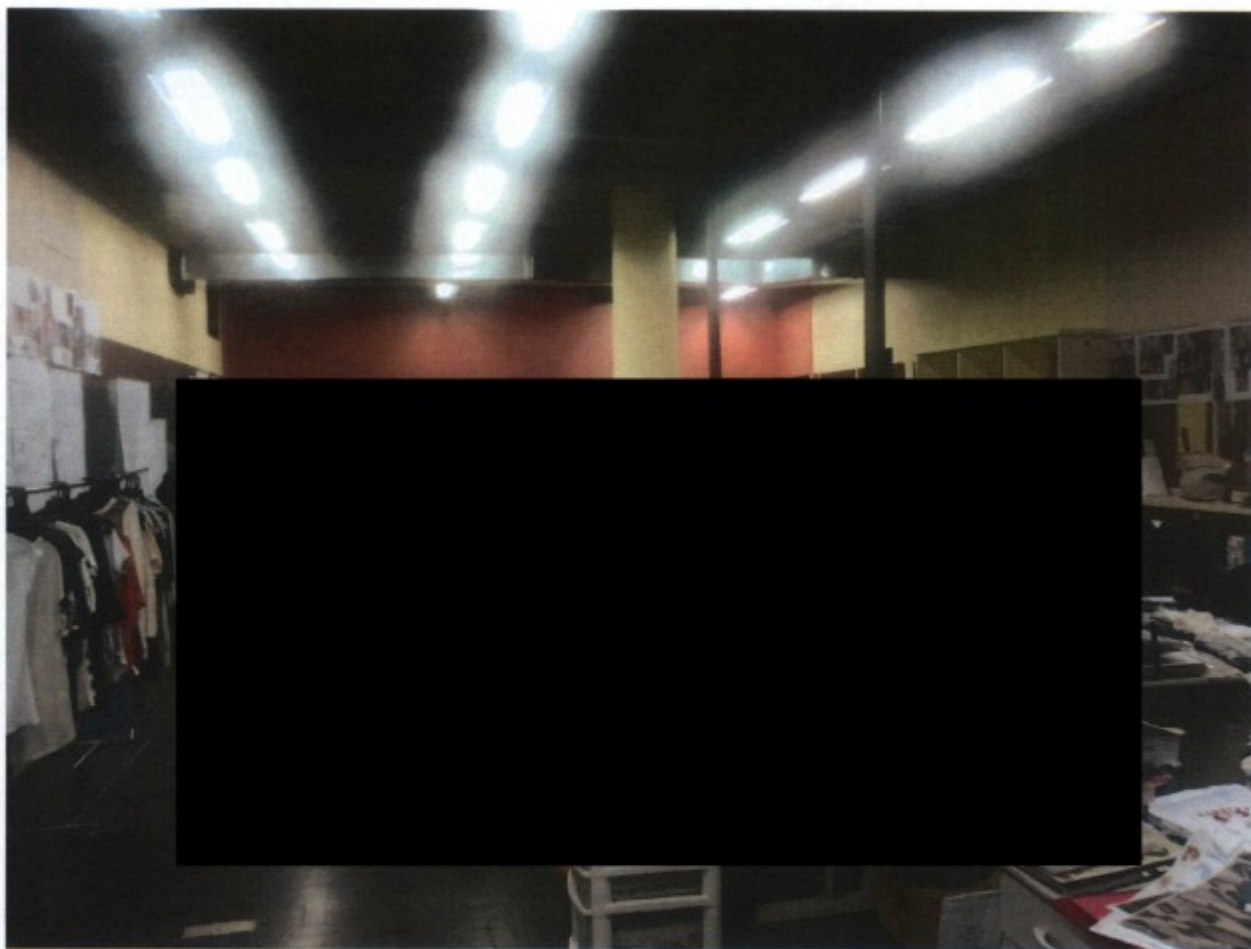
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



13/03/2013 – setor de desenvolvimento de produtos da GEP, onde são criadas e desenvolvidas as peças que serão confeccionadas nas oficinas quarteirizadas.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



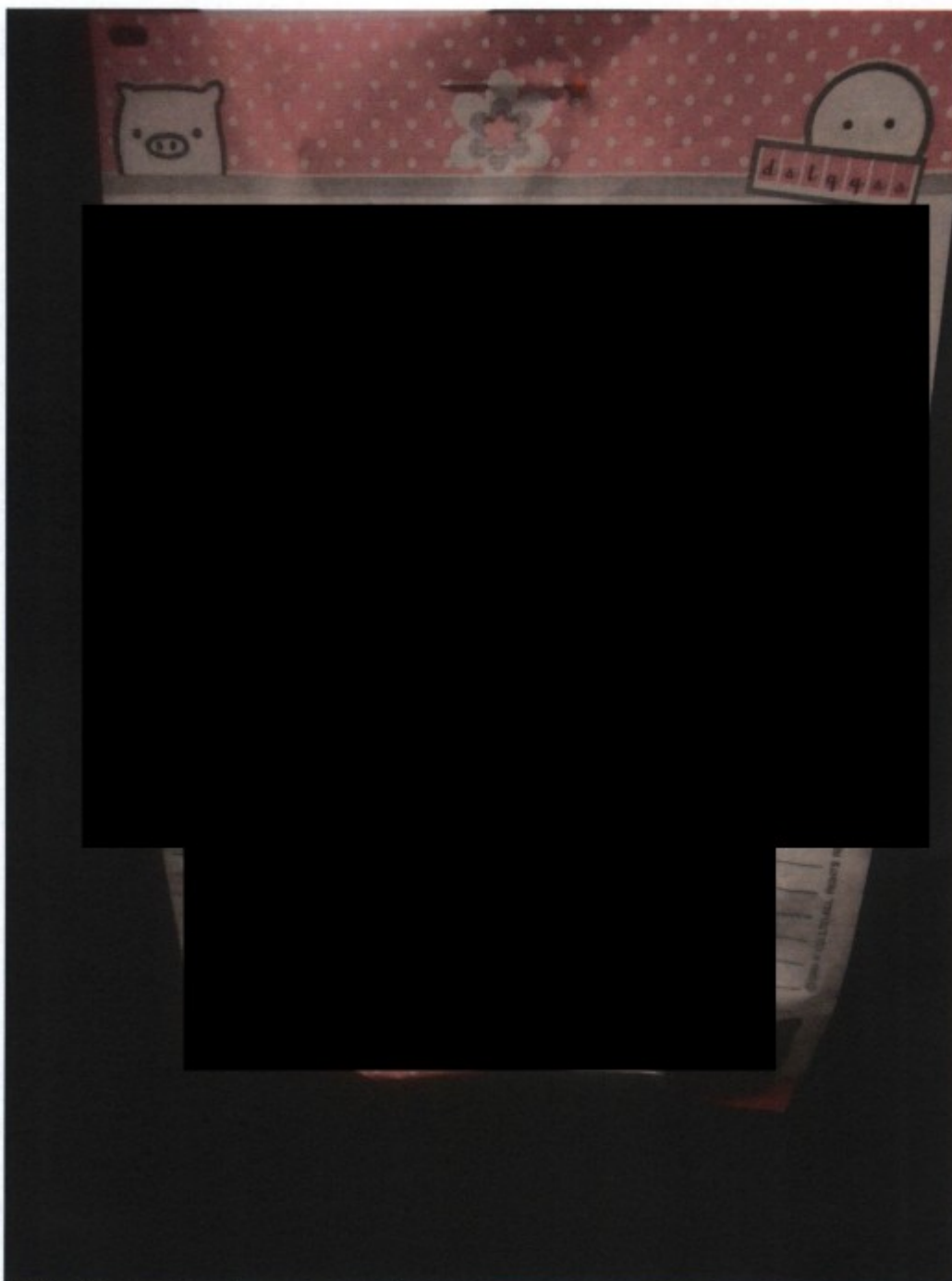


MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO





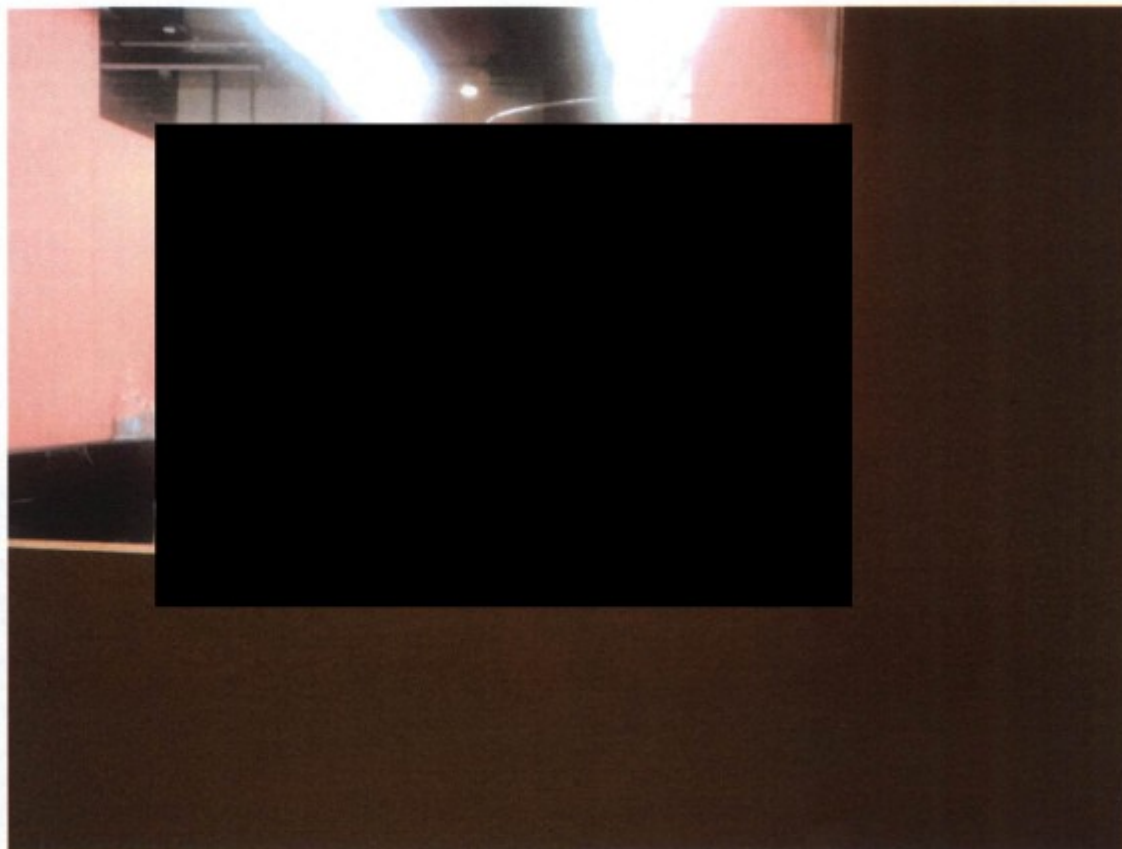
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



13/03/2013 – setor de compras da GEP.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO**



Setor de engenharia de produtos da GEP.

XIV. DA RESPONSABILIDADE JURÍDICA DA EMPRESA GEP IND. E COM. LTDA.

No dia 13 de Março de 2013, a partir das 15:31 hs., em visita à sede da empresa GEP Ind. e Com. Ltda., situada à Rua Raul Saddi, n. 88, em São Paulo, Capital, entrevistamos a Senhora [REDACTED] Diretora de Compras da empresa GEP Indústria e Comércio Ltda., na presença do Senhor [REDACTED], Diretor de Recursos Humanos da mesma empresa, a fim de melhor compreender os mecanismos por meio dos quais a empresa exerce Poder Diretivo sobre toda sua cadeia produtiva. Sra. [REDACTED] confirma ser a gestora responsável por todo o Departamento de Compras da empresa GEP Ind. e Com. Ltda., sendo, portanto, responsável pelo contato com os fornecedores das marcas CORI, [REDACTED] e EMME. A declarante informou estar na empresa há cerca de quatro anos. Antes havia trabalhado por cerca de dez anos na mesma função para a empresa RENNER.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

No contato com os fornecedores, a Sra. [REDACTED] declarou ter ordens superiores para apenas contatar aqueles já devidamente certificados pelo Processo de Certificação de Fornecedores da Associação Brasileira do Varejo Têxtil – ABVTEX. A declarante foi enfática ao condicionar qualquer tipo de transação comercial entre a empresa GEP e eventuais fornecedores à apresentação da referida certificação. Informou a declarante que possuía cerca de 200 fornecedores e que reduziu esse número para cerca de 80 empresas, excluindo aquelas que não possuíam certificação ou que se recusaram a passar pelo processo de certificação. No entanto, indagada a respeito de seu conhecimento sobre o processo de auditoria, certificação e acompanhamento dos ambientes de trabalho por parte da auditoria privada indicada pela ABVTEX, a declarante demonstrou completo desconhecimento a respeito do real e concreto estado em que se encontram as condições de trabalho desses locais, assim como não soube dizer quanto o valor do trabalho/mão de obra de seus prestadores de serviço representava dentro do montante representativo dos custos de seus produtos.

A declarante informou ainda desconhecer o conteúdo dos relatórios das auditorias indicadas pela ABVTEX, apesar de receber de seus fornecedores o número do cadastro e senha para acesso rápido aos relatórios. No entanto, afirma não acessá-los por confiar na certificação aportada. Esse notável desconhecimento generalizado quanto ao valor do trabalho daqueles que costuram peça por peça das marcas CORI, [REDACTED] e EMME denota completa negligência da empresa GEP Ind. e Com. Ltda. com relação à sua rede de fornecedores, indicando a responsabilidade pelas más condições de trabalho em que se encontram os locais de trabalho vistoriados, hipótese inteiramente condizente com a culpa *in eligendo* e a culpa *in vigilando*. Indagada sobre o porquê de ter-lhe sido confiada a responsabilidade por checar a certificação de cada fornecedor, a declarante respondeu que é a pessoa que domina a relação entre a GEP e os fornecedores, escolhendo, administrando e completamente controlando a relação da GEP com os fornecedores.

Indagada a respeito dos procedimentos relativos à determinação da coleção e dos pedidos de fornecimento, a declarante passou a esclarecer como exerce poder diretivo em nome da empresa GEP Ind. e Com. Ltda. Informa a Sra. [REDACTED] que a coleção atende à sazonalidade (primavera/verão – outono/inverno) e é completamente desenvolvida internamente, dentro do Departamento de Desenvolvimento de Produto, pelos estilistas da empresa. Os estilistas viajam para o exterior, principalmente para Londres, a fim de verificar tendências e comprar peças-modelo que possam inspirar determinada coleção. Afirmou a declarante não haver qualquer participação dos fornecedores na criação das peças que fazem parte das coleções de nenhuma das marcas de propriedade da empresa GEP. O desenvolvimento completo das coleções é feito internamente pelos estilistas da empresa GEP. Perguntada a respeito da natureza do produto elaborado pela empresa GEP, a declarante afirmou que costuma dizer que a empresa “vende sonhos”, não roupas, revertendo completamente a teoria da atividade-fim, consubstanciada na C.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Súmula n. 331, do E. Tribunal Superior do Trabalho, como justificadora da externalização produtiva experimentada no caso em tela.

Após a coleção ser finalizada e aprovada pela Diretoria de Estilo, começa seu papel. A declarante então começa um processo de escolha dos fornecedores ao qual denomina *sourcing*. Nesse processo entram diversos fatores relacionados com a habilidade de determinado fornecedor em desenvolver determinada peça, o material e os insumos que serão utilizados na confecção, sua capacidade de entregar o produto dentro dos prazos determinados pela declarante, e o valor de cada peça. O material a ser utilizado será escolhido também internamente pelo Departamento de Desenvolvimento em conjunto com o Departamento de Compras, do qual é responsável. As compras são efetuadas por rodadas, por meio dos pedidos de compra, e são programadas para ocorrer a cada período de três meses, de cada fornecedor. Cada peça possui uma ficha técnica que será enviada para a empresa fornecedora, para que produza uma peça-piloto. No momento em que envia a ficha técnica, a declarante afirmou já saber exatamente o valor do produto, assim como o preço que será pago a cada fornecedor pela produção da peça.

Após a elaboração da peça-piloto pela fornecedora, a mesma peça é levada à sede da empresa GEP para que a declarante a aprove, juntamente com o Departamento de Produto. Por diversas vezes a peça precisa ser refeita, seguindo as ordens da empresa GEP, por meio da declarante ou dos trabalhadores do Departamento de Produto, para que fique exatamente idêntica ao modelo desenvolvido na empresa GEP. A declarante informou total controle sobre a confecção das peças, controle que passa pelo *design* da peça, pelo material e insumos que serão utilizados, pela quantidade de peças que serão produzidas, pelo valor que será pago, pelo prazo de entrega, enfim, cada detalhe é decidido e determinado pela empresa GEP Ind. e Com. Ltda. a seus fornecedores, e esse processo é contínuo. No curso da visita verificamos aleatoriamente a documentação relativa a quatro fornecedores, dois dos quais demonstram praticar um baixo grau de externalização produtiva, e outros dois com grande intensidade de externalização produtiva.

A escolha do fornecedor por parte da declarante também segue regras da empresa GEP e está relacionada com a capacidade de produção da cada peça, seu talento em confeccionar a peça, o preço que será pago e o prazo dentro do qual a peça será produzida. A declarante informou que o controle de qualidade é terceirizado, mas completamente controlado pela empresa GEP. As peças todas possuem um código único, que representa aquele produto. Cada produto será produzido por apenas um fornecedor e, portanto, cada código está relacionado com determinado fornecedor. Informou ainda saber que existem fornecedores que chegam a quarteirizar a produção para cerca de quarenta subcontratados. Mencionou ainda existirem poucos fornecedores em que toda a produção é internalizada, elaborada completamente por costureiros próprios, mas que esses casos são raros e acabam encarecendo a produção. Por esse



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

motivo acabam priorizando os fornecedores que subcontratam, por representar custos mais baixos de produção.

Informou ainda como elabora os custos para determinada peça. Nesse valor devem estar incluídos os valores referentes à mão de obra, ao tecido, aos aviamentos, ao frete e aos custos financeiros. Apesar desse cálculo, não soube dizer quanto se reserva aos valores de mão de obra, incluídos os depósitos previdenciários, referentes a cada peça. Dessa forma, não soube dizer quanto é pago a cada um dos costureiros subcontratados. O preço final da peça, de venda, para o consumidor final, será calculado durante a etapa do processo produtivo conhecida como “revisão de linha”, na qual o Departamento de Compras, de Estilo, de *Branding*, de *Merchandising*, Comercial, e do Conjunto de Marcas se reúnem para definir o preço final, sempre tendo em vista o comportamento do mercado.

Por fim, disse conhecer algumas oficinas de costura de cidadãos bolivianos já legalizadas, e afirma gostar bastante do trabalho desses cidadãos, pois são quietos, não falam muito e trabalham sem parar e são, portanto, mais produtivos. Os brasileiros seriam muito falantes, dispersos, e os bolivianos levam vantagem por produzir mais.

De todo o material a que a Auditoria teve acesso, não resta dúvidas de que a empresa GEP é a responsável pela produção encontrada nas oficinas de costura inspecionadas.

XV. DO SWEATING SYSTEM

O modelo de produção de moda observado na GEP IND. E COM. LTDA. se ajusta precisamente à modalidade de produção da indústria da moda que se convencionou chamar de *sweating system*, baseando-se na extensão irregular e subterrânea da planta industrial, com vistas a manter trabalhadores que são vítimas de tráfico de seres humanos, num mesmo espaço de trabalho e moradia, laborando por quase nada, em jornadas extremas e condições subumanas.

“De se notar que a doutrina indica que o termo *sweatshop* foi criado no final do século XIX, nos Estados Unidos, e derivou da expressão *sweating systes*, que, por seu turno, seria um neologismo britânico para o sistema baseado na figura intermediária do *sweater*. Essa figura intermediária, inserida no sistema produtivo do vestuário, teria aparecido pela primeira vez na literatura no



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

conhecido clássico da Questão Social inglesa — *Cheap Clothes and Nasty*¹⁸, de CHARLES KINGSLEY. Nessa célebre obra, cujo título representa algo como o valor indecente do trabalho de costura relacionado com o baixo preço da peça produzida, o autor utiliza o termo *sweater* para o intermediário³² entre o capital e o trabalho, seguindo indicações dos próprios trabalhadores vítimas desse sistema produtivo(...). Nessa obra se utiliza, também, pela primeira vez, esse personagem — o *sweater* — que faz suar os seus trabalhadores, e daí o *nomen iuris* para esse sistema de produção dos primórdios do trabalho assalariado. (...) esse sujeito que frequentemente, é um ex-costureiro, ou uma figura mesclada de costureiro e empresário, que conhece o ofício e está a meio caminho entre o empregador e o empregado, entre o capital e o trabalho, entre explorar e ser explorado, como uma figura metamorfofísica sartreana: metade vítima e metade cúmplice da Nova Questão Social” (...)

“O termo *sweating system*, em inglês, encontra-se frequentemente em oposição ao *factory system*¹⁸. Os termos estão relacionados com o estudo estruturado das relações industriais. No primeiro sistema, a produção está toda fracionada em uma cadeia de pequenas e microempresas que concorrem entre si mesmas, derrubando o valor do trabalho e ocasionando as péssimas condições no ambiente laboral. Cada célula de produção é responsável pela manufatura de uma parte da peça. A subcontratação advinda dessa relação é estabelecida em virtude do menor preço e a contratação se faz na base da peça produzida e por prazo de entrega. Essa lógica vai descendo nas camadas sociais, segundo o nível de terceirização, até chegar ao obreiro, que também absorve, completamente, o sistema de produção, trabalhando e ganhando por peça e competindo com seus pares por mais trabalho e, conseqüentemente, mais dinheiro. No segundo sistema, os empregados são contratados diretamente pela empresa manufatureira e cumprem o contrato de trabalho no sistema de pagamento por horas trabalhadas e limitação da jornada. A produção, neste caso, está toda concentrada em uma célula de trabalho e a residência do obreiro é separada da planta. (...)

“O *sweating system* inverte, portanto, a lógica da relação de trabalho bilateral sinalagmática, para outra, de relações triangulares, nas quais há mais de um patrão — o dono do *sweatshop* e o dono da confecção contratante — e até mesmo poligonais, introduzindo outras empresas do ramo de vestuário ou ainda grandes varejistas têxteis de *fast fashion*, que se utilizam do poder diretivo para determinar, em uma relação de subcontratação em rede, métodos e condições de trabalho, preços de peças, prazos de entrega, punições e outros comandos de direção e disciplina, pressionando o valor do trabalho para baixo e subvertendo a premissa mais elementar da criação germinal do Direito do Trabalho: a proteção da força de trabalho do homem e sua dignidade.”

‘Importante ressaltar que o *sweating system* é diferente do trabalho em domicílio tradicional. Apesar de possuir características comuns, pois aquele



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

também é desenvolvido no âmbito residencial do trabalhador, o chamado *home work* é exercido geralmente em células unifamiliares, quando não, de modo solitário. Esse é um sistema muito parecido com o *domestic system* dos primórdios da produção têxtil. Já o *sweating system* está completamente inserido em uma cadeia produtiva maior que se utiliza desse sistema de subcontratação, principalmente, para fugir de responsabilidades fiscais e trabalhistas, indicando fraude ao contrato de trabalho. O *sweating system* é realizado em uma célula produtiva que se assemelha a uma residência e o trabalho em domicílio é realizado em domicílio é realizado em uma residência que se assemelha a uma célula produtiva.

Da mesma forma, o *sweating system* é diferente de uma facção ou oficina de costura. Essa última figura, bastante comum na indústria do vestuário e moveleira, é parte do fracionamento produtivo empresarial e manifestação do exercício da livre iniciativa. Na verdadeira facção, não ocorre servidão por dívida, trabalho forçado, jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho. Ainda que ocorram algumas irregularidades trabalhistas, indesejáveis atrasos salariais, trabalhadores não registrados e infrações similares, não há, na legítima oficina de costura, o tratamento indigno e degradante reservado ao trabalhador típico do *sweating system*. *Sweatshop* é uma extensão irregular da planta industrial, invadindo o espaço privado do domicílio. O *sweatshop* moderno, como no passado, consolida-se como local de trabalho e metáfora de uma situação determinada, que geralmente envolve trabalhadores imigrantes. Assim, como uma parábola idílica do fracionamento produtivo praticado largamente nas últimas décadas e que praticamente levou o *factory system* ao fim, os modernos *sweatshops* se disfarçam de fábricas domésticas para funcionarem como uma reserva sem o alcance do Direito do Trabalho. No âmbito residencial, o controle estatal se torna ainda mais escasso, remontando o ambiente de trabalho a uma condição com diversos resquícios do feudalismo e no qual os direitos fundamentais simplesmente não existem.

Como ponto comum em todas as situações em que o *sweating system* está se propagando, encontra-se a degradação do valor trabalho. A pressão pela superflexibilidade da mão de obra, que deve trabalhar em qualquer horário – ou melhor, em todos – em qualquer local, e não apenas na fábrica, e por qualquer valor, pois do contrário haverá alguém disposto a rebaixar ainda mais seu nível de necessidades básicas para algo próximo do primitivo, é a responsável pelo ressurgimento desse sistema e do desenvolvimento das formas contemporâneas de trabalho escravo.”¹



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Outro traço comum a todas as empresas que comercializam vestuário mediante exploração dos *sweatshops*, e que se repete no modo de produção da GEP IND. E COM. LTDA., é a fragmentação seletiva do processo fabril: as atividades de natureza industrial com baixa utilização de mão-de-obra, porém com trabalhadores de alta capacitação técnica e *expertise*, são mantidos em departamentos internos da empresa, enquanto são externalizados os setores que demandam mão-de-obra extensiva e de baixa qualificação. NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS COLEÇÕES, a GEP mantém como funcionários próprios os profissionais responsáveis pela criação, desenvolvimento de materiais e produtos, controle de qualidade e logística, e “terceirizam” para fornecedores externos, que por sua vez quarteirizam a produção para oficinas, que mantêm trabalhadores migrantes indocumentados e em situação vulnerável, a atividade de costura.

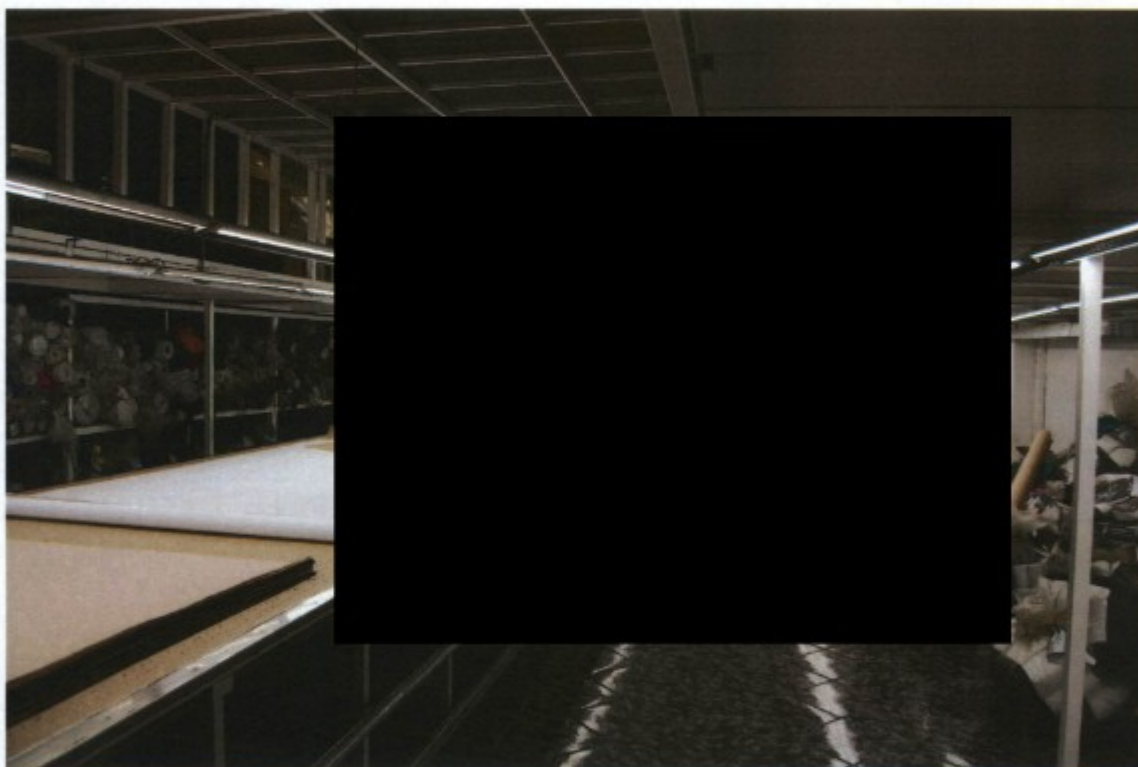
Procuramos visitar também a empresa SILOBAY DO BRASIL CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA., mas, no entanto, os endereços declarados tanto na Receita Federal do Brasil quanto na Junta Comercial de S.Paulo, à rua [REDACTED] não se encontravam atualizados. Contatada a empresa se recusou a fornecer endereço atualizado. Não obstante, no exato momento em que buscávamos a sede da empresa no bairro do Bom Retiro, cruzamo-nos com o Sr. [REDACTED] e sua esposa, [REDACTED] e passamos e segui-los de perto, sem que fôssemos notados. O casal se dirigia para a sede da empresa SILOBAY LTDA., a fim de conversar com os sócios proprietários a respeito da inspeção ocorrida. Ao tentarmos adentrar a empresa, após seguir o casal, fomos impedidos por alguns trabalhadores da empresa, em nome da direção da mesma. O flagrante embaraço à atividade da fiscalização apenas corrobora os indicativos do esquema fraudulento por meio do qual a empresa GEP terceirizava os trabalhos de costura para a oficina do sr. [REDACTED] por meio da empresa intermediária SILOBAY LTDA., considerada fornecedora pela empresa GEP.

Após conseguirmos força policial, entrevistamos a Sra. [REDACTED] sócia-gerente da empresa SILOBAY DO BRASIL CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA., que informou trabalhar para a empresa GEP IND. E COM. LTDA. há vários meses. Declarou ainda que a empresa é muito rigorosa, determina preços fechados e prazos demasiado curtos para a entrega dos produtos relacionados com a marca [REDACTED] e EMME, ambas de propriedade da empresa GEP. A declarante informou ainda que caso ultrapassasse os prazos de entrega da empresa GEP seria penalizada, razão pela qual destinava à oficina de costura do Sr. [REDACTED] maior parte de sua produção, pois, segundo suas palavras, era a oficina “mais rápida e que produzia mais”, dentre as seis oficinas de costura para as quais quarteiriza serviços de costura. A declarante informou que já teve costureiros registrados na confecção no



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

passado, mas que estes profissionais davam muito trabalho, faltavam muito e traziam muitos atestados, sendo que, por isso, resolveu externalizar a produção para oficinas de costura. Afirmou ainda que estava se adequando de acordo com as determinações da ABVTEX, a fim de conseguir a certificação, e que a auditoria da empresa BUREAU VERITAS, indicada pela ABVTEX para proceder à completa auditoria da cadeia produtiva da empresa GEP, com vistas a detectar situações de trabalho escravo, jamais pediu qualquer informação a respeito de suas oficinas de costura quarteirizadas.



22/03/2013 – SEDE DA INTERMEDIÁRIA SILOBAY – setores de corte e enfiletagem.
Não existe setor de costura no local.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO



22/03/2013 – SEDE DA INTERMEDIÁRIA SILOBAY – setores de pilotagem. Não existe setor de costura no local.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Imagem de uma nota fiscal da GEP (Geração de Eventos Fiscais) da Intermediária Silobay, com uma grande área vermelha de ocultação no topo. A nota fiscal é emitida por COMERCIO LTDA R. JOSE PAULINO, 685, SÃO PAULO - SP, com o CNPJ 148848993111 e a CGC 11 248 974/0001-05. O valor total da nota é de R\$ 41.500,00. A nota fiscal é emitida em 23/01/2012 e 29/01/2012.

Qtd	Unid.	Produto/Cor	S-Unit.	Desc.	IP1	Entrega	Qtds Por Tamanho
300	PC	72.01.0652-08 PREGAS FECHA FIO TIRTO-10-PRTO	41.500	0.00	***	23/01/2012 29/01/2012	36 38 40 42 44 46 48 60 72 84 96 108

22/03/2013 – SEDE DA INTERMEDIÁRIA SILOBAY – notas fiscais da GEP na intermediária Silobay.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Assim, a empresa GEP, que se apresenta como confecção e varejo de roupas, inclusive mediante o cadastro na Receita Federal, formalmente nada costura. Desenvolve a peça, escolhe e compra o tecido, aviamentos e as etiquetas, envia para seus fornecedores, dentre eles a SILOBAY DO BRASIL CONFECÇÕES IND. E COM. LTDA., que, por sua vez, apenas produz a peça piloto, corta, e entrega os cortes prontos para as oficinas quarteirizadas, diretamente ou por intermédio de seus “fornecedores diretos”, junto com a ficha técnica e peça-piloto lacrada, que deverá ser reproduzida com perfeição pela oficina (sob pena de não pagamento da peça). Depois de pronto o lote de peças já costurado, o intermediário retira-os da oficina, confere a qualidade, passa, embala, e envia à GEP para expedição para suas lojas, e posterior comercialização. Mesmo com esse alto grau de dependência e correlação com as oficinas, os representantes das empresas que se utilizam do *sweating system*, invariavelmente, alegam desconhecimento total da situação de precariedade vivida pelos costureiros, o que não foi diferente na presente auditoria.

**XVI. DA TERCEIRIZAÇÃO ILEGAL – RESPONSABILIDADE DO
TOMADOR DE SERVIÇOS**

“Por primera vez en la historia, la unidad básica de la organización económica no es un sujeto, sea individual (como el empresario o la familia empresarial) o colectivo (como la clase capitalista, la empresa, el Estado). Como he tratado de exponer, la unidad es la red, compuesto por diversos sujetos y organizaciones, que se modifica constantemente a medida que se adapta a los entornos que la respaldan y a las estructuras del mercado. ¿Qué une a esas redes? ¿Son alianzas puramente instrumentales y accidentales? Puede ser el caso de redes particulares, pero la forma organizativa de su funcionamiento ha de tener su propia dimensión. Si no fuera así, la actividad económica se realizaría en un vacío cultural/social, afirmación que pueden sostener algunos economistas ultrarracionalistas, pero plenamente rechazada por los datos históricos.”²

A empresa autuada é inteiramente responsável pela situação encontrada. A empresa autuada GEP é, na verdade, uma confecção que comanda e exerce seu poder de direção e ingerência de diversas formas sempre no sentido de adequar a produção de peças de vestuário à sua demanda, a seu preço e à sua clientela. Investe em uma marca forte, de grande valor comercial, indicando um fundo de comércio baseado na marca e no estilo que vende. Impõe esse estilo às oficinas responsáveis pela costura, que são, na verdade, meros intermediadores de mão de obra barata e precarizada.

² CASTELLS, Manuel. *La empresa red: cultura, instituciones y organizaciones de la economía informacional*. In: CASTELLS, Manuel. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Vol. I: La sociedad red*. 6ª edición en español. México, D.F.: Siglo xxi editores, s.a. de c.v., 2005. Pág. 226.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Tais oficinas *sweatshops* chamadas pela autuada de “fornecedoras”, funcionam, na realidade, como verdadeiras células de produção da empresa GEP, todas interligadas em rede, simulando relação de fornecimento, mas que, na realidade, encobrem nítida relação de emprego entre todos os obreiros das oficinas e a empresa autuada. O nível de dependência da GEP com as oficinas é tão elevado que exige forte gestão de fornecedores (definição de peças, qualidade, preço, logística, etc.).

A GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA controla toda a definição estilística, e toda a costura é “terceirizada” para oficinas de costura, empregando imigrantes indocumentados, em situação vulnerável e mantidos em condições degradantes. Seus fornecedores, por sua vez, apesar de serem formalmente do ramo de confecção, não possuem capacidade produtiva (máquinas de costura e costureiros) para a produção das peças encomendadas pela GEP. AS únicas costureiras são responsáveis pela materialização de peças-piloto que vão ser copiadas e reproduzidas pelas oficinas.

Além dos aspectos relacionados à TERCEIRIZAÇÃO ILEGAL DE SUA ATIVIDADE - FIM, ficou evidente o exercício, por prepostos da GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, tanto do gerenciamento da produção quanto de atos típicos de poder diretivo, fiscalização, controle, adequação das peças, controle de qualidade, cobrança de prazos de entrega, etc.

As investigações levadas a efeito nas oficinas apontaram um total dirigismo da GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA sobre todos os aspectos relevantes da produção das peças de vestuário que recebem as marcas GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, e que serão, ao final, “compradas” por ela, de seus “fornecedores”, para revenda em suas lojas próprias. Esta distorção do contrato de fornecimento, por si só, não representaria a retirada de direitos sociais (precarização trabalhista) ou fraudes a direitos econômicos (concorrência desleal), ajustando-se ao processo de produção da cadeia de vestuário que se convencionou nominar de *fast fashion*, no qual redes varejistas e atacadistas de roupas fracionam suas plantas produtivas por diversos fornecedores, para flexibilizar e agilizar seu processo produtivo. Contudo, as conclusões da Auditoria apontaram a ocorrência de um padrão de conduta produtiva, controlado pela própria GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, quanto ao abastecimento de suas peças de vestuário, que consistiria na manutenção de várias oficinas de costura que não dispunham de lastro trabalhista, idoneidade econômica ou mesmo constituição formal perante os órgãos públicos. Restou clara a responsabilidade da varejista GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA na adoção desse padrão produtivo, e prática de *dumping social*.

A Auditoria verificou que são determinados pela empresa GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, na produção de sua marca própria, o desenho da peça, as cores, as medidas, o modelo, o material a ser utilizado, a quantidade a ser



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

produzida, o preço de cada peça e o prazo de entrega, sob pena de descredenciamento. A ingerência sobre a produção da oficina é total.

As operações fiscais (industrialização por conta de terceiros) praticadas pela GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA estão totalmente à margem da legislação brasileira, servindo apenas para mascarar a subordinação reticular a que os seus **COSTUREIROS** estão submetidos. Tal subordinação reticular espelha o contrato-realidade que é o de emprego.

Da análise da situação trabalhista dessa oficina, responsáveis pela confecção das roupas que, ao final do processo produtivo, serão comercializadas pela varejista/atacadista GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, identificamos que a mão-de-obra utilizada na costura, encontra-se em absoluta **INFORMALIDADE** e submetida a **DEGRADAÇÃO** desse ambientes de trabalho.

Percebe-se que a pulverização da produção das peças de vestuário, por diversas oficinas, constituídas formalmente ou não, em processo produtivo que, conforme se demonstra no presente relatório, é controlado em todas as suas fases pela empresa GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, visa a dificultar o controle e a fiscalização dessa atividade pelos órgãos públicos. A dificuldade de rastreamento contábil da produção facilita, assim, o mascaramento da teia de sub-contratações sucessivas que leva à precarização das relações de trabalho.

Para se dar um verniz de legalidade a esse processo de precarização da mão-de-obra responsável pela costura, é utilizado o expediente de emissão de Notas Fiscais – Industrialização por Conta de Terceiros, emitido entre os fornecedores da GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e suas oficinas de costura.

A empresa auditada GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, é inteiramente responsável pela situação encontrada. A empresa autuada, na verdade, comanda esse emaranhado, exercendo sobre essas pessoas físicas e jurídicas seu poder de direção e ingerência, de diversas formas sempre no sentido de adequar a produção de peças de vestuário à sua demanda, a seu preço e à sua clientela. Investe em uma marca forte, de grande valor comercial, indicando um fundo de comércio baseado na marca e no estilo que vende. Impõe esse estilo a seus fornecedores, que são totalmente dependentes economicamente dela, constituindo-se, na verdade, em meros intermediadores de mão de obra barata e precarizada.

Tais pseudo empresas interpostas, chamadas pela autuada de fornecedoras, são, na realidade, células de produção de uma mesma unidade produtiva, todas interligadas em rede, e sob a direção e controle da GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

Após toda a análise dos locais de trabalho, das entrevistas realizadas e dos documentos auditados, concluímos que a quatro oficinas de costura prestam serviços de costura, com mão-de-obra submetida a condições semelhantes às de escravos, para a marca da GEP IND. E COM. LTDA., simulando-se contratos de fornecimento, mas que na verdade, servem para encobrir a ingerência empresarial da autuada em sua cadeia produtiva.

Nesse sentido tem-se orientado a jurisprudência dos tribunais especializados ao tratar da subordinação reticular, existente entre empregados de empresas "terceiras" e as tomadoras principais dos serviços daquelas:

TRIBUNAL: 3ª Região

DECISÃO: 15 10 2008

TIPO: RO NUM: 01770 ANO: 2007

NÚMERO ÚNICO PROC: RO - 01770-2007-044-03-00-2

TURMA: Quarta Turma

Inteiro Teor

FONTE

DJMG DATA: 25-10-2008 PG: 16

PARTES

RECORRENTE(S) [REDACTED]

RECORRIDO(S): Rede Eletrosom Ltda.

RELATOR

Convocado [REDACTED]

EMENTA

EMENTA: MONTAGEM DE MÓVEIS - VÍNCULO DE EMPREGO - SUBORDINAÇÃO **RETICULAR** - EXTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS EMPREENDIDAS - REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO E PODER EMPREGATÍCIO - A nova organização produtiva concebeu a empresa-rede que se irradia por meio de um processo aparentemente paradoxal, de expansão e fragmentação, que, por seu turno, tem necessidade de desenvolver uma nova forma correlata de subordinação **reticular**. O poder de organização dos fatores da produção é, sobretudo, poder, e inclusive poder empregatício de ordenação do fator-trabalho. E a todo poder corresponde uma antítese necessária de subordinação, já que não existe poder, enquanto tal, sem uma contrapartida de sujeição. Daí que é decorrência lógica concluir que o primado da realidade produtiva contemporânea impõe reconhecer a latência e



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

o diferimento da subordinação direta, notadamente quando emerge do processado, tal qual in casu, a inserção do trabalhador na realidade produtiva do empregador, impondo o reconhecimento da existência do liame empregatício havido entre as partes quando imprescindível o mister desenvolvido à consecução dos objetivos econômicos empresários

DECISÃO

DECISÃO: A Turma, à unanimidade, conheceu do recurso interposto pelo reclamante, bem como das contra-razões empresárias; no mérito, sem divergência, deu-lhe provimento para, reconhecendo a existência do vínculo compreendido entre as partes no período compreendido entre 17.04.2006 a 25.10.2007, determinar o retorno dos autos à origem para julgamento dos pedidos consectários formulados, como se entender de direito.

Essa modalidade de direcionamento das atividades, conduzida pela GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA por meios diretos e indiretos, ajusta-se ao que a Doutrina e a Jurisprudência Trabalhistas vêm chamando de SUBORDINAÇÃO ESTRUTURAL:

Assim, a possibilidade de disposição do trabalho alheio se relativiza como emanção de ordens discricionárias, e se impessoaliza, já que o treinamento do empregado torna-o virtualmente vinculado ao poder hierárquico, que se exprime e se traduz na própria estabilidade do processo produtivo e não mais no cumprimento de ordens diretas emanadas pelo superior hierárquico imediato. (...) Trata-se, pois, de ressignificar ou plurissignificar o conceito de subordinação jurídica, para compreendê-lo de modo dinâmico. Parafraseando o senso comum, a subordinação jurídica emerge não apenas do uso da voz do empregador, do supervisor, ou do capataz. Ela pode se formar na retina dos múltiplos agentes econômicos coordenados pela unidade central, de modo silencioso e aparentemente incolor e até indolor. A subordinação jurídica pode ser então “reticular”, também nesse sentido e através de instrumentos jurídicos de associação empresária, onde nenhuma atividade econômica especializada é desenvolvida pelo suposto empregador, que se envolve na produção de um determinado resultado pactuado com a unidade central.³

³ **SUBORDINAÇÃO ESTRUTURAL-RETICULAR: UMA PERSPECTIVA SOBRE A SEGURANÇA JURÍDICA.** Marcus Menezes Barberino Mendes. José Eduardo de Resende Chaves Júnior. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª. Região – n. 176



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

XVII. DUMPING SOCIAL

O enunciado nº 4, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho da Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas define a expressão americana “*dumping social*” da seguinte maneira : “As agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas geram um dano à sociedade, pois com tal prática desconsidera-se, propositalmente, a estrutura do Estado social e do próprio modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência. A prática, portanto, reflete o conhecido “*dumping social*”, motivando a necessária reação do Judiciário trabalhista para corrigi-la. O dano à sociedade configura ato ilícito, por exercício abusivo do direito, já que extrapola limites econômicos e sociais, nos exatos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Encontra-se no art. 404, parágrafo único do Código Civil, o fundamento de ordem positiva para impingir ao agressor contumaz uma indenização suplementar, como, aliás, já previam os artigos 652, “d”, e 832, § 1º, da CLT”.

No caso da inspeção fiscal da GEP **INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, verifica-se que a empresa resiste ao cumprimento dos seus deveres mínimos em relação aos trabalhadores que subcontrata, excluindo-os do mercado formal de trabalho, frustrando-lhes, através da utilização do *SWEATING SYSTEM*, os direitos trabalhistas e previdenciários, entregando-os à própria sorte, após explorar cotidianamente a sua força de trabalho.

Esta forma de super-exploração da força de trabalho, negando aos trabalhadores direitos laborais e previdenciários mínimos, dá-se com intuito de maximizar os lucros, atingindo uma redução do preço dos produtos, caracterizando o *dumping social* e uma vantagem indevida no mercado e levando à concorrência desleal.

Essa conduta, que objetiva a redução dos custos de produção, acaba desestimulando o cumprimento das normas trabalhistas, gerando um círculo vicioso de desrespeito aos direitos sociais, constitucionalmente garantidos.

Além do mais, práticas como essas geram dano à sociedade, configurando exercício abusivo do direito, uma vez que extrapolam os limites econômicos e sociais.

XVIII. DA DISCRIMINAÇÃO PERPETRADA

Os trabalhadores que exercem suas atividades no *sweating system* da indústria do vestuário de São Paulo encontram-se em uma situação duplamente vulnerável. Além de serem estrangeiros irregulares, possuem raízes indígenas, o que os torna vítimas fáceis da discriminação perpetrada pelo setor, por meio da fuga de responsabilidade proporcionada



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

pelo sistema de subcontratação. Assim, partindo da definição de que *“las discriminaciones son las desigualdades antijurídicas, puesto que consisten —por la violación del principio de igualdad— en el desigual tratamiento de las diferencias tuteladas y valorizadas por él”*⁷⁶, observamos que um dos bens jurídicos que o Estado deve tutelar de maneira mais firme e eficaz é o princípio fundamental à igualdade de trato. Essa tutela deve garantir, no âmbito das relações de trabalho, que não haja discriminação de nenhum tipo entre o trabalho realizado da mesma maneira e em iguais condições, por trabalhadores diferentes na sua essência. Da mesma forma, é vetado a qualquer empresa ou ente promover e implementar ações que proporcionem situações de discriminação, ainda que indireta, sobre quaisquer grupos, notadamente aqueles mais vulneráveis.⁴

Dessa maneira, observa-se, nitidamente, uma situação de desfavorecimento nas relações de trabalho, estabelecida em virtude da implantação do *sweating system* na indústria do vestuário de São Paulo, em razão de raça ou etnia, que é amplamente combatida pela Lei nº 9.029/95. Não por outro motivo, a OIT, em sua publicação sobre a eliminação da discriminação dos povos indígenas em matéria de emprego e ocupação⁵, descreve habilmente as situações em que ocorre discriminação de povos indígenas, devido a práticas empresariais.

As conclusões exaradas no relatório final da Relatora Especial da ONU para as formas contemporâneas de escravidão, [REDACTED] apontam para o mesmo entendimento de que os “bolivianos são um grupo comprovadamente muito mais fácil de

⁴ Segundo a Convenção n. 169, da OIT, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004, são considerados indígenas: os povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

⁵ *Cuando los indígenas buscan empleo u ocupaciones en el mercado laboral nacional e internacional, a menudo se enfrentan a una serie de barreras y desventajas:*

• *Muchos trabajadores indígenas no son capaces de competir en igualdad de condiciones, ya que sus conocimientos y competencias profesionales no se valoran apropiadamente y tienen un acceso limitado a la educación formal y la formación profesional.*

• *A menudo se introduce a los trabajadores indígenas en el mercado laboral en condiciones precarias negándoles sus derechos laborales fundamentales.*

• *Los trabajadores indígenas generalmente ganan menos y el salario que reciben en relación con los años de educación terminados es más bajo que el de sus compañeros no indígenas. Esta diferencia se acentúa en niveles más altos de educación. Dessa maneira, os indígenas —se ven más afectados por la pobreza severa y son por lo tanto más susceptibles de convertirse en víctimas del trabajo infantil, el trabajo forzoso, la trata y otras violaciones de los derechos humanos.* V. nesse sentido:

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. *Eliminación de la discriminación de los pueblos indígenas y tribales en materia de empleo y ocupación: guía para el Convenio nº 111, de la OIT.* Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2007, pp. 6-8.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

explorar do que os brasileiros pobres”⁶, por não serem sindicalizados, não terem acesso facilitado a informação e terem sido traficados para dentro do país, encontrando-se em situação migratória irregular.

**XIX. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA EQUIPE
DE AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO DA SRTE/SP**

Esta equipe promoveu o resgate dos trabalhadores da condição em que se encontravam, determinando e acompanhando a rescisão indireta dos contratos de trabalho (por justa causa, por culpa do empregador), expedição, anotação e devolução das Carteiras de Trabalho, e pagamentos das verbas de natureza rescisória, bem como efetuou a emissão dos requerimentos de Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado.

XX. CONCLUSÕES :

1 – A situação constatada *in loco* nas oficinas de costura inspecionadas configura trabalho análogo ao de escravo, conforme preceituado no artigo 149 do Código Penal Brasileiro e da Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 41.721/1957, e Instrução Normativa SIT/MTE n. 91 de 05/10/2011, em virtude da servidão por dívida, da jornada de trabalho exaustiva e das condições degradantes do meio ambiente de trabalho;

2 - A oficina inspecionada é apenas uma das várias oficinas inidôneas (sem empregados registrados) contratadas pela GEP para executar integralmente a atividade de costura – essencial ao desenvolvimento do seu negócio - das peças de roupas produzidas por sua marca. Constatou-se que as oficinas efetivamente prestaram serviços de costura para a autuada, pelo menos a partir de julho de 2012. Importante ressaltar a falta de idoneidade econômico-financeira das oficinas de costura, que não possuem nenhum empregado registrado nem tampouco capacidade econômica que possam justificar a viabilidade empresarial da mesma; solicita-se à Chefia de Fiscalização desta SRTE/SP a continuidade dos trabalhos, mediante reiterada ação fiscal, a fim de apurar outras oficinas em situação semelhante, a serviço da autuada;

⁶ UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Report of the Special Rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences, Gulnara Shahinian*. Addendum. Mission to Brazil. Geneva: Human Rights Council, 2010, p. 15.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
SEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO URBANO

3 - A terceirização da “facção” das atividades de costura contratadas pela GEP, principalmente de trabalhadores de nacionalidade boliviana, se dá mediante a terceirização, que culmina na utilização fraudulenta de operações de “industrialização por conta de terceiros nos moldes do ICMS”, visando a ocultar a subordinação reticular ensejadora do vínculo empregatício com os costureiros que assim têm seus direitos trabalhistas frustrados, acarretando ainda a sonegação do FGTS e do INSS;

4 - Conforme demonstrado, os 28 trabalhadores prejudicados, vinculados à oficina de costura inspecionada, são empregados da empresa GEP. De acordo com o relatado, a autuada utilizou-se de intermediação ilícita de mão-de-obra, para alocar trabalhadores em atividades permanentes e essenciais ao seu funcionamento, de forma contínua, com pessoalidade e subordinação. Afastada licitude da “terceirização”, por aplicação dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT;

5 - O baixo valor pago pela GEP que é repassado aos oficinistas para a costura das roupas de sua marca é causa direta para a perpetuação das condições degradantes e análogas às de escravo a que estão submetidos os trabalhadores ocupados nessas oficinas, notadamente os de nacionalidade boliviana ;

Concluimos o presente relatório constatando a ocorrência de trabalho análogo ao de escravo, sob responsabilidade e em benefício da empresa autuada, nos termos exatos dos autos de infração lavrados e dos fundamentos enumerados no presente relatório.

Pelo recebimento do presente relatório, fica o infrator ciente de que, após decisão administrativa final, que conclua pela subsistência de auto de infração lavrado em decorrência de ação fiscal em que se caracterize a situação de trabalho análogo ao de escravo, seu nome será incluído no Cadastro de Empregadores que tenham Mantido Trabalhadores em Condições Análogas à de Escravo, nos termos da Portaria Interministerial nº 2, de 12 de Maio de 2011 do Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e da Instrução Normativa SIT/MTE n. 91 de 05/10/2011.

São Paulo, 3 de abril de 2013.

